

Fundação Casa de Rui Barbosa
Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos
Mestrado Profissional em Memória e Acervos

João Gabriel Guerreiro Rangel do Nascimento

Uma análise sobre a elaboração de arranjos documentais em coleções pessoais tomando como caso as coleções Lucia Sanson e Família Barbosa de Oliveira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Rio de Janeiro

2018

João Gabriel Guerreiro Rangel do Nascimento

Uma análise sobre a elaboração de arranjos documentais em coleções pessoais tomando como caso as coleções Lucia Sanson e Família Barbosa de Oliveira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos

Patrimônio documental: representação, gerenciamento e preservação de espaços de memória.

Orientador: Prof. Dr. Lucia Maria Velloso de Oliveira

Rio de Janeiro

2018

João Gabriel Guerreiro Rangel do Nascimento

Uma análise sobre a elaboração de arranjos documentais em coleções tomando como caso as coleções Lucia Sanson e Família Barbosa de Oliveira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos

Patrimônio documental: representação, gerenciamento e preservação de espaços de memória.

Aprovado em de de

Orientadores:

Prof. Dr.^a Lucia Maria Velloso de Oliveira (Orientadora)
Fundação Casa de Rui Barbosa

Banca examinadora:

Prof. Dr.^a Margareth da Silva.
Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof. Dr.^a Anna Carla Almeida Mariz.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2018

“Não procures prêmio, porque tens uma grande recompensa nesta terra: a tua alegria espiritual, de que só o justo pode desfrutar”.
Fiodor Dostoievski

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Lucia Maria Velloso de Oliveira que desde o momento final da minha graduação me acompanhou nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. A oportunidade de poder indicar os caminhos que poderiam ser trilhados dentro da Arquivologia contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

Aos colegas da primeira classe formada no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervo. No instante que todos precisavam estar unidos e contar com o apoio do próximo, vocês estiveram lá.

Aos amigos de longa data, que estiveram presentes em outras batalhas dando suporte nos momentos de adversidade. A necessidade de apoio surge nos momentos mais diversos e inoportunos. Contudo, souberam também contribuir com momentos de alegria, felicidade e carinho. Gratidão enorme por tê-los ao meu lado.

À Lucia Barzilai, que por meio do seu afeto, carinho e cumplicidade me motivou e me encorajou para que este trabalho pudesse ser concretizado.

A minha querida e tão amada família, que contribuiu com o amor necessário e soube me acompanhar na trajetória para alcançar meus objetivos. A minha avó, Isa, que ao longo deste período ajudou não somente com seus incentivos e cuidados, mas também participando com seu rico conhecimento na área das humanidades.

Por fim, a minha mãe, primeiramente por ter se doado plenamente com seu amor e carinho. Em segundo lugar por ter contribuído para minha educação e formação pessoal e profissional, andando sempre ao meu lado e apoiando as minhas escolhas enquanto menino e homem.

RESUMO

O presente texto pretende analisar sob a égide do olhar arquivístico as metodologias adotadas para a elaboração de arranjos em coleções pessoais escolhendo como campo empírico duas coleções custodiadas pela Fundação Casa de Rui Barbosa: as coleções Lucia Sanson e Família Barbosa de Oliveira. Esta pesquisa objetiva, também, contribuir para o conhecimento da área sobre a organização de coleções pessoais. As coleções apresentadas nesta pesquisa, de caráter pessoal, receberam um tratamento documental inovador, permitindo que fosse considerada uma proposta de arranjo, baseada no reconhecimento e reconstrução do contexto de produção dos documentos envolvendo seus titulares. Sendo assim, após concluída as etapas de reconhecimento e identificação dos documentos, foi possível estabelecer vínculos entre os itens dos conjuntos documentais selecionados, formalizando uma relação orgânica, característica fundamental para a viabilidade da construção de arranjos.

Palavras-chave: Arquivos. Arquivos pessoais. Coleções. Arranjo. Contexto arquivístico.
Organicidade.

ABSTRACT

The present work aims to analyze under the archival perspective the methodologies used to create arrangement for personal collections taking Lucia Sanson and Família Barbosa de Oliveira collections as case studies. Also, this work intent to contribute to the knowledge about personal papers and collections organization in the area. The collections present an innovate perspective on archival treatment that allows a proposition of arrangement to be made on personal collections based on recognition and reconstruction of documental production context involving their creators. Therefore, after the conclusion of the documents recognition and identification it was possible to establish the archival bond among the itens and their rerspective documental group formalizing an organic relationship between them, fundamental characteristic to allow the arrangement.

Keywords: Archives. Personal papers. Collections. Arrangement. Archivistic context. Organicity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	OBJETIVOS	15
	2.1 Objetivo geral.....	15
	2.2 Objetivos específicos.....	15
3	METODOLOGIA	16
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
	4.1 O conceito de arquivo	22
	4.2 Organicidade	29
	4.2.1 O Conceito “organicidade”	29
	4.2.2 As principais características da organicidade na Arquivologia.....	33
	4.3. Arquivos Pessoais	36
	4.4 As coleções pessoais	48
	4.5 Subsídios para a elaboração de um arranjo	55
5	CAMPO EMPÍRICO	63
	5.1 Coleção Lucia Sanson	65
	5.2 Coleção Barbosa de Oliveira.....	70
6	PARÂMETROS DE RECONHECIMENTO DO CONTEXTO ARQUIVÍSTICO: OS ARRANJOS DAS COLEÇÕES LUCIA SANSON E FAMÍLIA BARBOSA DE OLIVEIRA.	75
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
8	REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema principal uma abordagem sobre a organização de coleções, pautando uma discussão sobre os conceitos de contexto e vínculo arquivístico, no que tange a elaboração de arranjos documentais de coleções.

Ao realizar uma análise sobre o tratamento documental utilizado nas coleções selecionadas, foi possível estabelecer como a questão do reconhecimento do contexto arquivístico funciona como uma importante ferramenta no processo de construção de arranjos, pois pode facilitar a identificação de pequenos vínculos entre os documentos. Nesta pesquisa foram trabalhadas duas coleções custodiadas pela Fundação Casa de Rui Barbosa: Coleção Lucia Sanson e Coleção Família Barbosa de Oliveira.

Para problematizar esta pesquisa, partiremos da pergunta: O que é uma coleção? Respondendo de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional, coleção é “o conjunto de documentos com características comuns, reunidas intencionalmente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 52).

As instituições que possuem como missão a preservação de acervos de relevância para a história do país como a Fundação Casa de Rui Barbosa possuem um papel fundamental no escopo de sua política de aquisição de acervos. Faz-se necessário propiciar um contínuo processo de análise de suas coleções pessoais visando assegurar o conhecimento sobre a historicidade e as informações nelas contidas.

De acordo com o sítio da Fundação Casa de Rui Barbosa, o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI), que teve início na instituição com o arquivo pessoal de Rui Barbosa, atualmente destina-se à guarda, organização, preservação e divulgação de documentos relativos à História do Brasil e à historiografia, bem como à gestão e preservação dos documentos produzidos e acumulados pela própria fundação. Nos arquivos e coleções sob custódia do SAHI, encontramos conjuntos de documentos de grande importância para o estudo da sociedade.

A fundamentação teórica desta pesquisa consistiu no debate acerca de conceitos-chave da Arquivologia, tais como: a definição do que é arquivo e coleção; o conceito de organicidade, o significado e importância dos arranjos de documentos. Já no estudo do campo empírico foi

investigado o tratamento documental que possibilitou a elaboração dos arranjos de duas das coleções custodiadas pela FCRB: Lucia Sanson e Família Barbosa de Oliveira.

Para discutir os conceitos fundamentais da Arquivologia escolhidos para este projeto, e não obstante essa discussão, trabalhar a diferença entre arquivo e coleção, é necessário recorrer à fala de Renato Tarciso Sousa,

Afinal, o que distingue um arquivo, como uma entidade estruturada conforme circunstâncias de sua criação, de uma mera coleção ou soma de itens únicos, artificialmente unidos para cumprir qualquer propósito externo, é exatamente o que é conhecido como “vínculo arquivístico”, numa aproximação com os entendimentos de Luciana Duranti. (SOUSA, 2014, p. 18)

No momento em que foi analisado o campo empírico, foi feita uma análise sobre o tratamento dado às coleções pessoais da Fundação Casa de Rui Barbosa, e como foi possível estabelecer a relação e as conexões entre os documentos presentes no conjunto documental. O objetivo foi demonstrar como o reconhecimento do contexto e do vínculo estiveram presentes como etapas preliminares da elaboração dos arranjos.

Mesmo que a coleção seja diferente de um arquivo ou fundo, devido à impossibilidade de verificação do princípio da proveniência, após a realização de um trabalho minucioso do reconhecimento do contexto arquivístico, com um intenso estudo sobre os titulares das coleções e, também, de seus familiares, foi possível estabelecer a rede de conexões em pequenos conjuntos documentais.

No desenvolvimento das atividades de estudo sobre os arranjos elaborados para as coleções pela instituição mencionada na pesquisa, foi trabalhado diretamente o conceito de contexto arquivístico já estudado pelo teórico da Arquivologia contemporânea, Theo Thomassen.

Inicialmente, é importante que seja apresentado o conceito colocado por Thomassen, onde o contexto arquivístico é representado por:

[...] todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto

administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico. (THOMASSEN, 2006, p. 10)

Para Oliveira (2010, p. 50),

No âmbito dos arquivos pessoais também não existem regras quanto à formatação e ao suporte dos documentos, nem tampouco quanto à estruturação de seu conteúdo. O arquivo pessoal é regulado pela vida cotidiana de seu produtor e, posteriormente, pode ser afetado pelas interferências, muitas vezes não registradas, dos herdeiros e seus sucessores. O trabalho de pesquisa exige um garimpo mais profundo nas fontes secundárias e primárias. É o arquivista quem analisa esse contexto de produção, de acumulação e de aquisição, e cabe a ele, em seu trabalho de pesquisa, remontar a história desse acervo.

A distinção entre contexto e vínculo arquivístico precisa ser estudada com bastante cautela, já que o estabelecimento das conexões entre os documentos podem ser fruto do reconhecimento do contexto em que os documentos foram gerados. Para Oliveira, as etapas que envolvem o processo de reconhecimento do contexto arquivístico são:

1. Levantamento e estudo de fontes biográficas sobre o titular do arquivo;
2. Elaboração de cronologia sobre o titular com base nas fontes biográficas e/ou com base na documentação existente no arquivo;
3. Elaboração de árvore genealógica da família do titular, visando identificar os relacionamentos familiares e os relacionamentos com outras famílias;
4. Identificação dos correspondentes ou personagens (pessoas físicas ou jurídicas) mais recorrentes no arquivo;
5. Identificação de eventos e fatos históricos mais recorrentes expressos na documentação e posterior elaboração de verbetes;
6. Registro dos resultados da etapa anterior na cronologia elaborada dos documentos existentes no arquivo, de forma a permitir a inserção dos documentos dentro do contexto de vida do titular;
7. Levantamento e estudo de fontes secundárias sobre os correspondentes ou personagens, eventos e fatos históricos recorrentes na documentação e elaboração de notas explicativas;
8. Análise dos relacionamentos pessoais e de negócios, assim como do inter-relacionamento entre os documentos e as atividades e funções do titular e de seus pares;
9. Levantamento do processo de acumulação por parte do produtor e de seus herdeiros. Nessa etapa é mister identificar as interferências externas que o conjunto documental pode ter sofrido até o seu recolhimento a um arquivo. (OLIVEIRA, 2010, p. 47)

No que concerne ao reconhecimento e identificação do contexto arquivístico, deve ser salientado que, para Ana Maria de Almeida Camargo, esse trabalho é ainda mais enriquecido com o contato exclusivo do doador ou produtor. Neste momento, o arquivista assume um papel de pesquisador que auxiliará na reconstrução do contexto. A autora afirma que nenhum documento de arquivo:

[...] pode ser compreendido ou interpretado sem que se conheçam as razões por que foi produzido ou as condições que se originou. E a resposta para tais questões encontra-se fora do conteúdo específico dos documentos, num patamar em que predominam informações não verbais: nos demais documentos da mesma série, na disposição dos documentos no âmbito de um processo, no conjunto dos documentos de um arquivo. (CAMARGO, 2001, p. 9)

As etapas de reconhecimento do contexto arquivístico impactam na percepção do vínculo arquivístico. Para apresentar o conceito de vínculo arquivístico recorrerei a Luciana Duranti (DURANTI, 1997, p. 217).

O vínculo arquivístico é a expressão do desenvolvimento da atividade da qual o documento faz parte, mais até do que do ato que o documento incorpora (ex.: convocação, concessão, requisição). Porque ele contém em si a direção do relacionamento causa e efeito. Portanto, o vínculo arquivístico determina o significado do documento.

A partir dessa discussão, foi possível destacar a importância da elaboração de um arranjo para as coleções documentais, facilitando as atividades profissionais de arquivo, destacando, por exemplo, a futura difusão das informações para o usuário.

A identificação do contexto e do vínculo é fundamental para a definição do arranjo documental em conjuntos documentais. Nos casos das coleções, estudar e analisar essas etapas de reconhecimento podem ser importantes para contribuir em outros processos de organização desses acervos.

No entanto, a relação entre os documentos e o que esse vínculo representa para o debate dentro da arquivologia sobre as coleções tornou-se valiosa durante o processo de organização dos conjuntos documentais. Desta forma, fez-se necessário estudar o problema do vínculo arquivístico em coleções, tendo como campo empírico uma comparação entre as coleções

previamente mencionadas, uma vez que a produção científica voltada para essa discussão é difícil de ser encontrada.

É importante destacar as especificidades das coleções que foram trabalhadas nesta pesquisa. De acordo com o site da Fundação Casa de Rui Barbosa a família de Rui Barbosa originou-se, no Brasil, com José Barbosa de Oliveira, nascido na Bahia em 1755. Seu neto, o Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, nascido em Coimbra no ano de 1809, foi magistrado e ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Era primo de Rui Barbosa e bisavô de Américo Jacobina Lacombe, colecionador e doador da coleção Família Barbosa de Oliveira para a Fundação Casa de Rui Barbosa.

Pertencem à coleção Família Barbosa de Oliveira o conjunto documental das famílias Ataliba Nogueira, Jacobina, Lacombe, Leuzinger, Masset, Queirós, Mascarenhas, Rezende de Martins, Matias, entre outras. A Coleção Família Barbosa de Oliveira (CFBO) foi doada para a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) em 1993, pela família de Américo Lourenço Jacobina Lacombe. Lacombe foi o responsável pela reunião de documentos. A coleção retrata em seus documentos um modo de viver e de se relacionar por mais de dois séculos, cobrindo o período de 1778 a 1965.

A Coleção Lucia Sanson, reúne documentos colecionados e doados para FCRB por Maria Lúcia David de Sanson. O conjunto documental não apresentava uma organização ou classificação que pudessem caracteriza-lo como um arquivo pessoal, respeitando um princípio básico de constituição de um fundo: a proveniência. Os documentos foram acumulados por formato, e, portanto, não obedeciam a uma ordem cronológica ou alfabética, julgando-se necessária, a partir dessa análise, a elaboração de uma organização que pudesse classificar esses documentos de uma forma mais elaborada.

Em nosso trabalho vamos partir da metodologia elaborada pela Fundação Casa de Rui Barbosa e aplicada em projetos de pesquisa realizados sob a coordenação de Lucia Maria Velloso de Oliveira, um deles do qual participei como bolsista, intitulado “*Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais*” e de seus resultados. O projeto teve uma série de produtos, entre eles, o levantamento histórico sobre a coleção doada que fornece informações necessárias sobre o contexto familiar.

Antes da análise dos conjuntos, os documentos foram organizados por formato e, depois,

por espécie documental. Neste primeiro momento, era extremamente complexo traçar uma conexão entre os itens documentais, devido à variedade produtora e temporal entre eles.

Foram agendados encontros no Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa com a doadora da Coleção Lúcia Sanson para a realização de um trabalho de reconhecimento e identificação do acervo. Por meio desses encontros, o conhecimento do acervo doado tinha chegado ao seu melhor nível e logo foi possível avançar para a etapa onde se pudesse reconhecer o contexto arquivístico da produção de documentos. A maioria das fotos já tinha sido identificada manualmente junto com a doadora, principalmente na fase de reconhecimento dos familiares pertencentes aos seus núcleos.

A complexidade da elaboração do arranjo ficou evidente no início, por se tratar de uma coleção. Porém, devido ao trabalho realizado em conjunto com a doadora do acervo, foi possível estabelecer a reconstrução do contexto arquivístico, permitindo a elaboração de uma rede de conexão entre os documentos e por fim, chegar na hipótese de um arranjo. Na coleção, foram reunidos documentos que se relacionaram entre si, e que, no caso das famílias em questão, estabeleceram negócios em conjunto ao longo do século XIX.

2 OBJETIVOS

No que concerne aos objetivos do projeto, devemos salientar a importância de analisar o método utilizado para a elaboração dos arranjos nas coleções Família Barbosa de Oliveira e Lucia Sanson. O reconhecimento e reconstrução do contexto em que os documentos foram produzidos, como também a identificação do vínculo documental permite a elaboração de arranjos, uma vez que os documentos passam a ter uma conexão uns com os outros, mesmo que em pequenos grupos, e também, da mesma maneira que estes não obedeçam um dos princípios fundamentais da arquivologia: a proveniência.

2.1. Objetivo geral

- Demonstrar a viabilidade da construção de arranjos em coleções a partir da utilização de um tratamento documental fundamentado no reconhecimento do contexto arquivístico e na possibilidade de identificação de vínculos entre os documentos.

2.2 Objetivos específicos

- Diferenciar arquivo de uma coleção;
- Explicitar o conceito de organicidade dentro de um arquivo;
- Destacar a importância dos arquivos pessoais para arquivologia;
- Discutir o conceito de arranjo documental;
- Caracterizar os tipos de arranjos utilizados na organização de documentos;
- Promover um debate acerca do vínculo e contexto arquivístico
- Identificar as metodologias adotadas para a elaboração dos arranjos realizados pela FCRB para as coleções Família Barbosa de Oliveira e Lucia Sanson.
- Comparar os resultados obtidos na análise da elaboração dos arranjos das coleções Família Barbosa de Oliveira e Lucia Sanson.

3 METODOLOGIA

A metodologia que foi empregada para a concretização desta pesquisa está centrada na investigação das atividades realizadas para organizar as coleções pessoais da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Com o intuito de ancorar esta pesquisa foram empregados dois métodos muito importantes para ampliar o conhecimento aqui produzido. O método de abordagem foi o indutivo, o método responsável pela generalização, isto é, partimos de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral. Para Lakatos e Marconi (2007, p. 86),

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Essa generalização não ocorre mediante escolhas a priori das respostas, visto que essas devem ser repetidas, geralmente com base na experimentação. Isso significa que a indução parte de um fenômeno para chegar a uma lei geral por meio da observação e de experimentação, visando investigar a relação existente entre dois fenômenos para se generalizar. Temos, então, que “o método indutivo procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares” (GIL, 2008, p. 10).

No raciocínio indutivo, a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações. Entre as críticas ao método indutivo, a mais contundente é aquela que questiona a passagem (generalização) do que é constatado em alguns casos (particular) para todos os casos semelhantes (geral).

O método procedimental foi o comparativo. O método comparativo ocupa-se da explicação dos fenômenos e permite analisar o dado concreto, deduzindo desse “os elementos constantes, abstratos e gerais”. (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 87).

Gil (2008) comenta que o método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e as similaridades entre eles. “Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo

de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo” (GIL, 2008, p. 12). Centrado em estudar semelhanças e diferenças, esse método realiza comparações com o objetivo de verificar semelhanças e explicar divergências. O método comparativo, ao ocupar-se das explicações de fenômenos, permite analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes.

Para finalizar a elaboração de uma hipótese de arranjo de uma coleção é necessário passar por etapas preliminares. O tratamento documental exercido nas duas coleções está centrado em uma preparação e reconhecimento dos itens documentais sempre verificando a relação entre o contexto e o vínculo arquivístico. Uma análise sobre essas etapas preliminares foi realizada nesta pesquisa comparando, eventualmente, os processos realizados nas duas coleções pessoais apresentadas. Apesar de terem conseguido alcançar o êxito na elaboração dos arranjos, essas coleções não repetiram todos os mesmos procedimentos e isso acaba por enriquecer a discussão que será apresentada a seguir.

A verificação e comparação dos quadros de arranjos elaborados pela instituição para as coleções foi de extremo valor como contribuição nesta discussão. O quadro de arranjo é o elemento final dentro desses procedimentos, pois conclui um debate preliminar sobre a possibilidade ou não da existência dos vínculos.

Explorar a relação entre esses quatro conceitos é fundamental para esta pesquisa. Coleção, vínculo, contexto e arranjo foram abordados no decorrer deste trabalho com o intuito de contribuir para o aprimoramento da literatura da área.

O campo empírico a ser considerado no desenvolvimento da pesquisa está concentrado nas coleções da Fundação Casa de Rui Barbosa: Lucia Sanson e Família Barbosa de Oliveira, ambas custodiadas pelo Arquivo Histórico e Institucional da FCRB.

Para a realização do projeto de pesquisa, foram realizadas as seguintes etapas:

- 1 Pesquisa bibliográfica acerca do tema proposto para subsidiar o estudo sobre o estabelecimento dos vínculos entre os documentos a partir do reconhecimento do contexto arquivístico.
- 2 Escolha do campo empírico: coleção Família Barbosa de Oliveira e Lucia Sanson. As coleções analisadas nesta pesquisa são custodiadas pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

- 3 Análise dos antecedentes que permitiram a elaboração dos arranjos do campo empírico selecionado. Estudo do tratamento documental utilizado pela fundação; análise da estrutura dos arranjos.

A fim de promover uma discussão sobre o tema proposto no objeto desta pesquisa, ou seja, a possibilidade da percepção do vínculo entre documentos em coleções a partir da reconstrução do contexto arquivístico, devemos partir da exposição intelectual elementar dentro da Arquivologia. Foram expostos nesta pesquisa autores clássicos da Arquivologia para fundamentar conceitos como organicidade, coleção, arquivos pessoais e arranjos documentais.

No que tange à discussão sobre o que é um fundo de arquivo, bem como o desenvolvimento de sua definição a respeito da organicidade entre documentos, foi exposto um debate pautado nas definições dos dicionários de Arquivologia, nacionais e internacionais, como também foram utilizados os autores Couture e Rousseau (1998); Duchein (1986); Thomassen (2006); Bellotto (2004); Duranti (1997), Fonseca (2005) e Eastwood (2000).

No que concerne à discussão sobre as definições de coleção de documentos, foram adotados como referência os autores Camargo (1996); Oliveira (2010) e Yeo (2012). Neste ponto da pesquisa, houve uma escassez de obras que pudessem enriquecer o trabalho.

A presente pesquisa se apoiou também na pesquisa bibliográfica sobre os arquivos pessoais, a partir das produções intelectuais, de teóricos renomados neste campo, e de experiências profissionais nos projetos desenvolvidos pela Fundação Casa de Rui Barbosa com o intuito de aprofundar discussões acerca deste tema: os acervos pessoais. Nesta seção, utilizaremos os autores Macneil (2010), Mckemish (2017), Artieres (1988), Heymann (2007), Hobbs (2001), Camargo (1996) e Oliveira (2012).

Posteriormente ao embasamento conceitual teórico dos princípios que fundamentam a prática da elaboração de arranjos e o incentivo à organização dos arquivos, foram pautados na discussão os autores Silva (1999), Schellenberg (1973), Lodolini (2002), Lopez (2000) e Sousa (2004). Não obstante o debate sobre o arranjo, analisado sob o olhar conceitual de Thomassen (2006), a importância do contexto arquivístico se torna fundamental o estabelecimento de um padrão de classificação para os documentos.

A escolha do campo empírico foi fundamental para esta pesquisa. Uma vez que seria abordado como tema central a possibilidade de construção de arranjos em coleções, uma

atenção maior deveria ser dirigida para a escolha de qual coleção a ser trabalhada na pesquisa, e essa deveria partir do pressuposto de que foi viável a construção de um arranjo para a mesma. Sendo assim, algumas instituições de arquivo foram levantadas como hipótese para serem analisadas. Grande parte dessas instituições possui um tratamento documental bastante tradicional no que concerne ao tratamento das coleções. Melhor dizendo, este tratamento documental, visto como tradicional, impossibilita a construção de um arranjo, listando os itens documentais verificados por ordem alfabética, ou se possível cronológica.

Esta pesquisa consiste justamente em problematizar este tratamento arquivístico, mais tradicional, ocorrido em diversas instituições e, também, praticado por diversos profissionais da área. Para ajudar na resposta da pergunta desta pesquisa foi utilizado como campo empírico as coleções custodiadas pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

A Fundação Casa de Rui Barbosa se tornou referência por ser expoente em diversas áreas de estudo como por exemplo direito, filologia, história, dentre outras ligadas as atividades desempenhadas pelo político e intelectual Rui Barbosa. Dentre as áreas que desenvolvem pesquisas na fundação é preciso destacar a arquivologia. Este campo cresceu devido à grande quantidade de arquivos produzidos por Rui Barbosa na época de suas atividades. Sendo assim, o setor de arquivo cresceu e iniciou uma série de estudos referentes a organização, indexação e acesso desses documentos reunidos.

Porém, a Fundação não ficou somente destinada a organização desses documentos e, uma série de outros conjuntos documentais passaram a ser doados para a instituição respeitando sua missão. Outros tantos projetos passaram a ser realizados com o intuito de enriquecer discussões na área de arquivologia. A coordenadora do SAHI, Lucia Maria Velloso de Oliveira deu início a um período de discussões teóricas e práticas tendo ali como objeto de seu estudo os documentos reunidos na Fundação.

Em um desses projetos cabe ressaltar a importância do desenvolvimento de uma metodologia diferenciada referente ao tratamento de coleções documentais. O projeto “Reconstrução de contextos arquivísticos” permitiu que fosse desenvolvido um método que questiona a tradição praticada na organização de coleções documentais. Foi possível através de uma série de etapas e processos, a reconstrução e reconhecimento do contexto arquivístico de produção dos documentos da Coleção Família Barbosa de Oliveira, naquele momento, campo

empírico do projeto de pesquisa. Assim, os laços necessários para a criação de uma relação orgânica passaram a ser percebidos dentro da Coleção Família Barbosa de Oliveira, e, por conseguinte, uma hipótese de arranjo passou a ser considerada.

No projeto “*Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais*” a coordenadora Lucia Maria Velloso de Oliveira provocou este questionamento novamente. Seria possível a construção de um arranjo para uma coleção, neste caso, para a Coleção Lucia Sanson? Esta pergunta foi respondida novamente com o auxílio da reconstrução do contexto, ocorrido justamente com a doadora da coleção e que por sua vez detinha um conhecimento poderoso acerca dos possíveis laços de aproximação entre os documentos constituídos, em sua grande maioria, pelos núcleos de sua família.

Essa metodologia utilizada nos dois projetos realizados pela Fundação despertou o interesse para a realização desta pesquisa. Tendo participado do segundo projeto mencionado e ter acompanhado de perto a possibilidade de construção de um arranjo para uma coleção, por que não utilizar esse método como possibilidade para a organização de outras coleções documentais que não seguissem o tratamento tradicionalmente utilizado, por item documental e listado alfabeticamente ou cronologicamente. As duas coleções são fundamentais para que entendamos a viabilidade de utilizar esta organização em outras instituições de arquivo.

O estudo referente a metodologia empregada para organização destas coleções consistiu em etapas preliminares fundamentais para observar como foi possível chegar à fase de elaboração de um arranjo. É importante destacar no que consiste um tratamento de um determinado conjunto.

O estudo sobre os antecedentes históricos dessas coleções precede o estudo e comparação sobre os arranjos elaborados. Neste momento os projetos escritos por Lucia M. Velloso de Oliveira e realizados pelos bolsistas do SAHI da Fundação Casa de Rui Barbosa, foram estudados para dar suporte ao levantamento da historicidade desses conjuntos documentais.

Os relatórios produzidos pelos bolsistas também serviram como referência nesta etapa. Os relatórios não só permitiram ter acesso à história dos conjuntos documentais, como também permitiu que fosse possível observar a construção da metodologia utilizada na elaboração dos arranjos. O relatório produzido a partir do projeto de organização da coleção Família Barbosa

de Oliveira deu origem ao livro “A coleção Barbosa de Oliveira”, fundamental para subsidiar esta pesquisa.

Após o levantamento feito foram realizadas comparações entre as coleções. A comparação consistiu em três eixos: antecedentes que levaram o colecionador a reunir aqueles documentos, a identificação dos documentos e a estrutura dos arranjos elaboradas.

As motivações que levaram Américo Jacobina Lacombe e Maria Lucia David de Sanson foram diferentes e, essa diferença é fundamental para mostrar como as coleções são formadas por diversas justificativas. Apesar da coleção ser tratada de maneira singular, por diversas vezes, no campo da arquivologia, a distinção denunciada favorece o debate acerca da formação desses conjuntos documentais, que não pode ser encarado como o mesmo.

O segundo eixo comparativo consistiu na identificação dos documentos. Podemos dizer que esta fase mostrou com mais clareza os procedimentos adotados para realizar o tratamento documental realizado. A recepção, acondicionamento, pesquisa sobre os envolvidos no conjunto documental, fazem parte do momento da identificação e funciona como uma etapa antecedente à elaboração do arranjo, pois é nesse momento que se pode verificar a existência de uma organicidade entre os documentos.

Por fim, o terceiro eixo, deve ser entendido como um eixo central para a pergunta desta pesquisa. Os arranjos elaborados para as duas coleções mencionadas nesta pesquisa são parecidos? Que estrutura os arranjos apresentam? Para responder tais perguntas foram estudados ambos os casos, e exemplificados com a apresentação de seus quadros de arranjo elaborados.

Esses três eixos guiaram esta pesquisa a formar uma espécie de manual que permita o arquivista ter ferramentas importantes para melhor analisar os documentos colecionados e guardados por instituições. Cabe ao arquivista o papel de ampliar as possibilidades de organização de documentos, desde que não seja desrespeitado os princípios da Arquivologia. É importante enaltecer que a metodologia utilizada para a elaboração dos arranjos nas coleções não tangenciou os princípios arquivísticos, pelo contrário, permitiu que os conceitos fossem ainda mais ampliados enriquecendo os debates dentro da ciência de Arquivo.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com os princípios arquivísticos, duas características são importantes para caracterizarmos um arquivo enquanto conjunto documental: a filiação dos documentos às ações que promovem o objetivo previamente definido e a relação existente entre os documentos e seus pares. A singularidade do produtor do arquivo ou fundo se dá em função do respeito à proveniência e da relação existente entre os documentos que chamamos de organicidade. A relação entre o produtor - entidade, pessoa ou família - e o arquivo fornece o aspecto identitário necessário para a construção de sua singularidade. Tem-se que um conjunto de documentos produzidos, recebidos ou agrupados por sujeitos distintos não se constitui em um arquivo, mas, sim, uma coleção documental – conceito que foi trabalhado adiante nesta pesquisa – e não atende aos princípios para caracterização daquilo que é um arquivo ou fundo. Sendo assim, os documentos ali reunidos ou colecionados não seriam capazes de construir uma relação orgânica, um vínculo.

Porém, à luz da discussão dessa pesquisa, foi possível realizar um debate sobre este conceito arquivístico, uma vez que, utilizando-se do reconhecimento do contexto de produção documental, o arquivista, aliado a uma investigação e análise dos documentos, é capaz de identificar, quando possível, um vínculo entre os documentos dentro das coleções pessoais, como o caso das coleções apresentadas nesta pesquisa.

Ao longo da história, a conceituação de arquivo mudou em conformidade com as mudanças políticas e culturais que as sociedades ocidentais viveram; os arquivos são um reflexo da sociedade que o produz e o modo de interpretá-lo também acompanha as mudanças que ocorrem.

4.1. O conceito de arquivo

O termo “arquivo” pode ser entendido como um termo polissêmico, ou seja, possui mais de um significado. A polissemia pode ser observada na definição apresentada pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 19),

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes;
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos;
3. Instalações onde funcionam os arquivos;
4. Móvel destinado à guarda de documentos.

O Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) relaciona o verbete “arquivo” com o de “fundo”, uma vez que alguns autores consideram ambos sinônimos. Segundo o dicionário, o termo “arquivo” corresponde ao “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Ver também: fundo”.

Por sua vez, o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008, p. 24) apresenta uma definição muito parecida com a do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Trata “arquivo” como um:

“Conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas e seus suportes físicos, produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, ou por instituição pública ou privada, em decorrência de suas atividades”.

De acordo com o *Diccionario de Terminología Archivística (1993)*, acessado pelo website do *Ministerio de Educación, Cultura y Deporte* do governo espanhol, “arquivo” é o “conjunto orgânico de documentos produzidos e recebidos no exercício de suas funções por pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas”.

Já o *Glossary of Archival and Records Terminology* (THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2005, p. 28), define o verbete “arquivo” como:

1. Materiais produzidos ou recebidos por uma pessoa, família ou instituição, pública ou privada na condução dos assuntos e preservada em virtude do valor duradouro contido nas informações que contenham prova de funções ou responsabilidades de seu criador, especialmente aqueles materiais mantidos sob o princípio da proveniência e ordem original; [...].
2. A divisão dentro de uma organização responsável pela manutenção da organização de registros de valor duradouro [...]. (p.28)

Ao longo da apresentação das definições, percebemos a menção recorrente à relação orgânica do arquivo em relação à entidade produtora (pessoa física ou jurídica) e entre os conjuntos informacionais que constituem o arquivo. Cabe ressaltar que consideramos orgânico um arquivo por este pertencer e manter uma relação de subordinação com o organismo produtor, conforme observado no conceito lato de organicidade.

A organicidade é um referencial no eixo de discussão desta pesquisa, a qual consideramos de grande importância para o campo arquivístico, uma vez que é a relação orgânica que confere aos conjuntos informacionais o caráter arquivístico. A esse respeito, Bellotto (2004, p. 85) afirma que:

[...] organicidade, que está vivamente presente na própria conceituação de fundo, é o fator que melhor esclarece a diferença entre os conjuntos documentais arquivísticos e as coleções características das bibliotecas e centros de documentação [...].

Desta maneira, para verificar a dimensão da noção de organicidade na Arquivologia, optamos pela análise inicial das definições dos conceitos de arquivo/fundo segundo algumas obras de referência, para, numa próxima etapa, iniciar uma discussão conceitual, através de um estudo de caso, e então verificar os “indícios” da organicidade em outros conceitos formadores do saber arquivístico.

Outro importante conceito que identifica um forte aspecto orgânico é o da definição de fundo que, por alguns autores, é entendido como sinônimo de arquivo. O Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) define o verbete “fundo” como “unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com o arquivo de outras”. E, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) o define como um “conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo equivale a arquivo”.

Com uma definição mais detalhada, o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008) apresenta a definição de “fundo” como “conjunto de peças de qualquer natureza que qualquer entidade administrativa, qualquer pessoa, física ou jurídica, reuniu automática e organicamente, em razão de suas funções ou atividades. [...]”.

O verbete “fundo” aparece em alguns dicionários e glossários de outros países. O *Glossary of Archival and Records Terminology* define “fundo” como toda estrutura de documentos de uma organização, família ou de um indivíduo que foi gerado ou acumulado como resultado de um processo orgânico que refletisse as funções do criador.

O *Diccionario de Terminologia Archivística*, por sua vez, define fundo como conjunto de série geradas por cada um dos sujeitos produtores que confirmam a estrutura de um organismo e suas competências.

A definição de fundo foi explorada por diversos autores do campo arquivístico. Dentre eles, destacamos os estudos realizados por Duchein (1982-1986), Couture e Rousseau (1998) e Bellotto (2007). Ao abordar especificamente a noção de respeito aos fundos e apontar para os problemas de ordem teórica e aplicabilidade prática, Michel Duchein apresenta aspectos de grande importância para a compreensão da dimensão da noção de fundo e das características orgânicas relacionadas à constituição dos fundos de arquivo.

Segundo Duchein (1982-1986, p. 14), o respeito aos fundos,

[...] consiste em manter agrupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa administração, instituição ou pessoa.

Na perspectiva canadense, o fundo de arquivo é entendido como: “[...] conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física, ou moral, ou família no exercício de suas atividades ou de suas funções” (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 91).

Os autores explicam ainda que o fundo de arquivo é originado a partir da reunião automática e orgânica do conjunto de documentos, pois,

Esse carácter de acumulação cronológica (automaticamente) que decorre das próprias actividades da pessoa física ou moral e da ordem da sua realização, bem como o elo com a missão, os mandatos, os objetivos (organicamente) da pessoa física ou moral [...]. (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 91)

Devido à sua importância na delimitação do arquivo e na atuação profissional do arquivista, Duchein (1982-1986, p. 17) lembra que,

o interesse prático de tal método parece evidente, uma vez que oferece ao arquivista uma base segura para seu trabalho de arranjo e inventário. À margem do respeito aos fundos, todo trabalho arquivístico é arbitrário, subjetivo e desprovido de rigor.

O autor argumenta ainda que, na prática, a delimitação do fundo de arquivo não é tão pacífica quanto aparenta na teoria. Estabelecer critérios que ajudem a compreender a relação entre o fundo de arquivo e o organismo produtor é tarefa complexa que requer a observação atenta de muitas variáveis. Quando se trata de definir o organismo produtor dos fundos, Duchein (1982-1986, p. 20) recomenda alguns aspectos a serem observados,

- A) Para produzir um fundo de arquivos, no sentido atribuído pela Arquivística (isto é, um conjunto indivisível de arquivos), um organismo, seja público ou privado, deve assumir denominação e existência jurídica próprias, resultantes de um ato (lei, decreto, resolução etc.) preciso e datado;
- B) Deve possuir atribuições específicas e estáveis, legitimadas por um texto dotado de valor legal e regulamentar;
- C) Sua posição na hierarquia administrativa deve estar definida com exatidão pelo ato que lhe deu origem; em especial, sua subordinação a outro organismo de posição hierárquica mais elevada deve estar claramente estabelecida;
- D) Deve ter um chefe responsável, em pleno gozo do poder decisório correspondente a seu nível hierárquico. Ou seja, capaz de tratar os assuntos de sua competência sem precisar submetê-los, automaticamente, à decisão de uma autoridade superior. [...];
- E) Sua organização interna deve ser, na medida do possível, conhecida e fixada num organograma.

A abordagem de Duchein chama a atenção, pois, além de citar as características apresentadas nas definições dos dicionários e glossários da área, o autor foi adiante em sua análise, indicando, inclusive, que a real delimitação do fundo e a identificação das relações hierárquicas e de subordinação entre o arquivo e o organismo produtor não são facilmente identificadas.

Diante de tal dificuldade, Duchein apresenta duas perspectivas para compreender tais relações: a maximalista e a minimalista. De acordo com o autor:

a primeira consiste em definir o fundo por seu nível mais alto, considerando que a verdadeira unicidade funcional (à qual está estreitamente ligada, não esqueçamos, a de fundo de arquivos) situa-se na cúpula. Admitiremos, pois, neste caso, que o conjunto de arquivos provenientes de todos os serviços e estabelecimentos dependentes de um mesmo ministério forma um fundo único [...]. A segunda atitude, ao contrário, caracteriza-se por reduzir o fundo ao nível da menor partícula funcional possível, considerando que o verdadeiro conjunto orgânico deriva do trabalho dessa pequena célula. (DUCHEIN, 1982-1986, p. 19)

A respeito das definições de fundo, Bellotto (2007, p. 129-130) destaca alguns pontos a serem considerados,

- que o fundo abarca documentos gerados/recebidos por entidades físicas ou jurídicas necessários à criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justifiquem a existência mesma, descartando-se, assim, a caracterização de coleção (documentos reunidos por razões científicas, artísticas, de entretenimento ou quaisquer outras que não administrativas);
- que os documentos pertencentes a um mesmo fundo guardam relação orgânica entre si, constituindo uma unidade distinta, como frisa Schellenberg, não podendo seus componentes ser separados, vindo a constituir outros agrupamentos aleatoriamente;
- que a noção de fundo está estritamente ligada ao próprio órgão gerador dos documentos; essa noção preside a fixação dos fundos, muito embora a produção dos documentos represente a sua primeira idade e o estabelecimento do fundo seja uma operação típica do arquivo permanente, portanto aplicada a documentos de terceira idade;
- que para os documentos possibilitarem a constituição de fundo é preciso que a entidade produtora seja administrativa e juridicamente consolidada [...]; que o fator norteador da constituição de fundo é o órgão produtor, a origem do documento, o que ele representa no momento de sua criação. A entidade que o gerou, a razão pela qual foi criado e sua função são fatores que o marcarão definitivamente, mesmo que a sua utilização pelos historiadores seja muito mais ampla e até mesmo muito mais diversificada do que se poderia supor quando da produção da informação.

Constata-se que as definições apresentadas para o conceito de “fundo”, assim como as considerações dos autores, afirmam as relações entre o arquivo e o organismo produtor. Conclui-se que tais considerações precisam ser estudadas com maior profundidade, pois, em muito podem contribuir com as discussões e o entendimento do campo arquivístico.

Yeo (2012, p. 5) afirma que ainda pode existir o conceito de “anti fundo”, apresentado inicialmente por Carol Couture e Jean-Yves Rousseau. O “anti fundo” reúne as características principais que se tornam antítese da organização dos fundos tradicionais. Essas antíteses se mostram claramente nas coleções documentais.

Relativo ao conceito de arquivo, o princípio da proveniência é considerado acepção fundamental do campo arquivístico para o entendimento da relação orgânica documental, como também, da inter-relação de documentos.

Segundo definição do Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 61) é o “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa”. Ainda de acordo com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008, p. 301), “indica a origem e procedência dos documentos que, no decorrer das atividades da instituição, administração ou pessoa foram criados ou recebidos, acumulados, conservados”.

Couture e Rousseau detalham alguns aspectos abordados nas definições apresentadas para o princípio da proveniência e aprofundam características interligadas na relação do fundo de arquivo e seu organismo produtor.

O Princípio da Proveniência, que comporta duas vertentes, define-se como o:

[...] princípio fundamental segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência não devem ser misturados com os de outras proveniências e devem ser conservados segundo sua ordem primitiva, caso exista “ou, o princípio segundo o qual cada documento deve ser colocado no fundo onde provém e, nesse fundo, no seu lugar de origem”. Tanto de um ponto de vista teórico como de um ponto de vista prático, a aplicação do princípio da proveniência garante, por um lado, a ordem estritamente administrativa que preside à organização dos documentos nas unidades e que estes devem conservar e, por outro, o valor de testemunho que alguns deles têm. (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 82)

A estreita ligação entre o Princípio da Proveniência e a noção de fundo, e deste com a própria concepção de arquivo, é detalhada por Bellotto (2007, p. 131),

[...] consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada: o que se

chama de fundo de arquivo dessa administração, desse estabelecimento ou dessa pessoa. Significa, por conseguinte, não mesclar documentos (fundos) diferentes. Mas esse princípio, na verdade, desdobra-se em dois. [...] o primeiro é o princípio do *respect des fonds* significando que o arranjo dos documentos não pode se desvincular do lugar de onde vieram, devendo estar agrupados de acordo com sua origem nos corpos administrativos de onde provieram. O segundo princípio é relativo à ordem que tinham os documentos quando na primeira e na segunda idade. [...]. Assim, ademais de não mesclar papéis de repartição com os de outra, o arquivista teria ainda que respeitar o arranjo interno com que esses papéis vieram do órgão de origem.

Diretamente ligada ao conceito de fundo, a proveniência, considerada por muitos autores enquanto princípio fundador da Arquivologia, fornece indícios relacionados ao organismo produtor e de seu contexto funcional, que incidem no estabelecimento dos fundos e na própria constituição do arquivo.

As definições de princípio de proveniência carregam em si características relacionadas à organicidade do arquivo e devem ser consideradas como mais um elemento que aponta a incorporação da noção de organicidade no campo arquivístico, identificada nos conceitos de “arquivo” e “fundo”.

4.2. Organicidade

4.2.1. O Conceito “organicidade”

A necessidade de abordar o tema “organicidade”, estabelecendo uma relação com as categorias do campo arquivístico de arquivo e fundo, é fundamental para a construção de um argumento viável quando ao analisar a organicidade existente em coleções.

Porém, destaca-se como grande obstáculo, à luz dessa pesquisa, a escassez de discussões no que se refere ao tratamento das coleções pelas instituições de arquivo. A dificuldade se mostra clara quando a organicidade é tão presente e delimitada a um panorama teórico-conceitual como o de arquivos (fundos).

Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, organicidade é “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”. É importante destacar a necessidade de análise dos dicionários que arquivologia, ainda que na literatura da área seja algo bem difícil de ser encontrado. A pouca verbalização deste conceito

está relacionada ao estabelecimento de um lugar comum arquivístico, onde a organicidade é um princípio apenas observado nos arquivos. O vínculo arquivístico coloca um documento dentro de um contexto e dá um significado adicional aos registros. Ou seja, inclui uma rede de relacionamentos entre os registros que se relacionam com uma transação específica (como uma aplicação, um relatório e o registro provisório que conclui a transação), bem como a relação entre os registros de transações anteriores e subsequentes.

É possível notar que o conceito levantado pelo SAA amplia a margem de discussão no que se refere à organicidade, pois não trata de relação orgânica, mas, sim, de um vínculo entre documentos, uma vez que, defende também a forte presença do contexto de produção. Para Thomassen (2006, p. 10), o contexto arquivístico é representado por,

[...] todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico.

É necessária a ampliação do debate acerca do conceito de organicidade, incluindo a perspectiva de que o vínculo documental pode ser estudado também nas coleções arquivísticas. O discurso mais tradicional dentro da Arquivologia afirma que um conjunto documental só é considerado arquivístico se for orgânico. Esse conceito pode ser notado quando observados os principais conceitos da Arquivologia de maneira explícita ou intrínseca.

Importantes teóricos da área já aprofundaram o debate acerca da importância da organicidade para a formação de arquivos, como Couture, Rousseau, Cook, Duchein, Thomassen, Bellotto, Duranti e Fonseca.

O conjunto documental que possui uma organicidade se diz pertencente à estrutura ou à constituição de um todo, sendo este todo produzido por um órgão, uma instituição, uma entidade, qualquer associação de pessoas que se organizam em função de um objetivo comum ou uma pessoa na categoria de produtor.

É de suma importância caracterizar a organicidade em seus principais aspectos. Na qualidade ou estado do que é orgânico, os documentos conseguem se relacionar entre si, pois

estão inseridos no mesmo objetivo que está subordinado a uma função produtora. Por consequência, existe, obrigatoriamente, uma relação de subordinação das partes com o todo.

A noção de organicidade, apesar de aparentemente incorporada no discurso de vários teóricos da área e recorrente nos estudos e práticas relacionadas à arquivística, carece de problematização e aprofundamento teórico-conceitual. Partimos de um consenso bastante difundido de que a organicidade - logo, o vínculo entre documentos - só existe em arquivos, descartando a possibilidade de construção do vínculo documental dentro de coleções.

Como ponto de partida empreguei a análise da amplitude da organicidade na Arquivologia a partir da construção de definições apresentadas pelas obras de referência da área para a elaboração deste conceito. A análise teórico-conceitual permitirá distinguir o conceito de organicidade, a fim de delimitar suas características específicas no universo arquivístico, através de sua ocorrência nos conceitos de arquivo (fundo).

O Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 57) define “organicidade” como a “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas”.

Já o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 127) apresenta a definição do verbete “organicidade” como a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”. Por sua vez, o verbete “organicidade” é definido pelo Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008, p. 270) como a: “[...] qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas”.

Duranti (1997), em seu texto intitulado “*The archival bond*”, apresentou uma discussão sobre este conceito de inter-relacionamento documental, no qual o conceito de “archival bond”, traduzido para o português como “vínculo arquivístico”, foi apresentado com o intuito de contribuir com o desafio de “[...] tornar explícito e preservar intacto a longo prazo o vínculo entre os registros eletrônicos e aqueles que são não-eletrônicos, pertencentes a um mesmo conjunto” (DURANTI, 1997, p. 213).

Nesse contexto, o vínculo arquivístico é entendido pela autora como “[...] a rede de relações que cada documento tem com outros a ele relacionados, de acordo com sua acumulação” (DURANTI, 1997, p. 215). A autora entende que a função do vínculo arquivístico

é a de demonstrar a “confiabilidade e autenticidade” dos documentos para sua preservação. Duranti (1997, p. 216) explica que,

Além de determinar a estrutura dos fundos arquivísticos, o vínculo arquivístico é o principal componente de identificação de cada registro. [...] Porque o vínculo arquivístico é o que transforma um documento em um registro, não se pode dizer que os registros são “transações registradas”. Documentos são expressões de uma transação e não são registros até serem postos em relação com outros registros, enquanto os documentos que não são expressões de uma transação tornam-se registros no momento em que eles adquirem uma ligação com outros documentos de arquivo que participam da mesma atividade. O vínculo de arquivo pode ser revelado por qualquer ordem física dos registros, seu código de classificação ou seu número de registro.

A autora apresenta uma definição própria para “registro”, criada no escopo do projeto de pesquisa da Universidade de British Columbia,

Qualquer documento criado por uma pessoa física ou jurídica no curso da atividade prática como um instrumento e um subproduto do mesmo, onde criado significa produzido ou recebido e acumulado no decorrer de uma ação ou para servir de referência. (DURANTI, 1997, p. 216)

O conceito de vínculo arquivístico (ou relação orgânica) proposto por Duranti aproxima-se muito da definição apresentada pela “*Select List of Archival Terminology*” da Universidade de British Columbia, e com a do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), na medida em que este ocorre quando é possível destacar as relações entre os documentos. Esta leitura acerca da organicidade enquanto um vínculo é de certa forma corretíssima, pois parte do princípio que a formação do orgânico está nos seus itens pertencentes a um todo.

Mais do que uma inter-relação (ou vínculo) entre documentos que sejam capazes de fornecer informações no decorrer de uma ação, a discussão sobre organicidade ultrapassa certos questionamentos, estando presente também no aspecto de formação de conjuntos documentais de natureza produtora distinta. Isso é possível ao observar-se as características do conceito de organicidade e a relação deste com seus cognatos (orgânico, organismo e órgão).

4.2.2. As principais características da organicidade na Arquivologia.

A partir das discussões em itens anteriores, foram confirmadas as poucas definições para o verbete “organicidade” e o indício das características da organicidade na formação de conceitos básicos para a Arquivologia como arquivo (fundo) e “Princípio da Proveniência”.

No decorrer da investigação, observou-se que, mais do que apontar as características relacionadas à noção de organicidade na Arquivologia, faz-se necessário indicar os diferentes enfoques para tal noção.

A partir de uma investigação a respeito da trajetória da Arquivologia desde sua origem até as rupturas paradigmáticas frente às novas tecnologias de informação e comunicação e o pensamento pós-moderno, enfatiza-se que a própria percepção da natureza orgânica no campo arquivístico também sofreu alterações.

Fonseca (2005) chama atenção não só para a existência da “conexão orgânica”, mas também para a forma como essa natureza orgânica era compreendida numa perspectiva clássica. Atualmente, no escopo das discussões de caráter pós-moderno, há o discernimento que a relação orgânica e o estabelecimento de vínculos documentais não ocorrem nos exemplos mais tradicionais, podendo haver ruptura de paradigmas.

Segundo a autora, os arquivistas holandeses, Muller, Feith e Fruin, no “Manual De Arranjo e Descrição De Arquivos”, consideravam que só os arquivos oriundos de instituições (pessoas jurídicas) poderiam ser considerados “orgânicos”. Isso excluía, portanto, os arquivos provenientes de pessoas físicas, ou seja, não apenas os arquivos pessoais como também as coleções:

Os órgãos administrativos e os empregados de entidades privadas também podem originar um arquivo. [...] No entanto, não abrange o exposto os chamados “arquivos de família”. Constituem estes, por via de regra, um aglomerado de papéis e escritos, que os vários membros de determinada família [...] reuniram e conservaram. Os documentos de um arquivo de família não formam “um todo”; foram, não raro, agrupados segundo os mais estranhos critérios e falta-lhes a conexão orgânica de um arquivo em que o define o presente Manual. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1975, p. 13 apud FONSECA, 2005, p. 52-53)

Com o passar do tempo, e a partir da incorporação de novas reflexões do campo arquivístico, verificou-se que a natureza orgânica está presente também nos arquivos produzidos por pessoas físicas. À luz desta pesquisa, é possível notar o vínculo orgânico em pequenos conjuntos documentais conhecidos por coleções.

Este foi e tem sido um importante avanço para a compreensão e delimitação teórico-conceitual da própria área, porém, ainda numa perspectiva tradicional da Arquivologia.

Duranti (1994, p. 3 apud FONSECA, 2005, p. 56) explica que tal “naturalidade” é entendida em tal contexto como,

Naturalidade, os registros arquivísticos não são coletados artificialmente, mas acumulados naturalmente nas administrações, em função dos seus objetivos práticos; os registros arquivísticos se acumulam de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas, e isto os dotam de um elemento de coesão espontânea, embora estruturada (organicidade).

Considerando que, a partir de uma perspectiva pós-moderna, tudo o que não é proveniente da natureza enquanto uma construção social, criada para atender uma necessidade específica e dotada de intencionalidade acabar por ter sua naturalidade questionada. Ainda nessa perspectiva, Cook (2000, p. 10 apud FONSECA, 2005, p. 63) comenta as alterações que tais reflexões ocasionaram no campo arquivístico,

[...] Assim, o princípio da proveniência modifica sua perspectiva de relacionar um documento diretamente a seu “lugar” individual, numa hierarquia organizacional tradicional, e se transforma num conceito mais elástico, refletindo as funções e processos na criação dos documentos, dentro de organizações em constante mudança, interagindo com uma clientela mutável, refletindo diferentes culturas organizacionais, na maioria das vezes menos verticalizadas, ligadas em rede de curta duração: proveniência, em suma, está relacionada à função e atividade, mais do que à estrutura e lugar. Proveniência passa a ser mais virtual do que física.

Tendo em vista a análise realizada a partir das definições encontradas na literatura arquivística, seja nas obras de referência ou nas reflexões de alguns autores da área, destacam-se algumas características em tais definições que mencionam os aspectos orgânicos enquanto característicos e diferenciadores do que é arquivístico.

Com base em todo o estudo realizado e na investigação acerca do conceito de organicidade na arquivística, destacamos a seguir aspectos importantes sobre o conceito de organicidade.

A característica orgânica de um conjunto documental definido como arquivo também pode ser notada quando se observa uma coleção, porém, para que isso possa acontecer, é necessária a análise do contexto no qual os documentos ali reunidos foram produzidos. A grande discussão envolvida é a provocação de uma relação documental – também chamada de *archival bond*, relação orgânica que os documentos dentro de uma mesma agregação guardam entre si - e que, em regra, não conseguem ser implementadas nas coleções. Deve-se salientar a importância de analisar a questão da reconstrução do contexto arquivístico como uma ferramenta valiosa para a elaboração do vínculo estabelecido nos microconjuntos documentais dentro das coleções, sendo possível elaborar uma relação orgânica.

Considerando que a organicidade, enquanto conceito lato, está intrinsecamente ligada aos seus cognatos “orgânico”, “organismo” e “órgão”, e que está principalmente relacionada à hierarquia e à subordinação das partes ao todo, verifica-se que a noção de organicidade no campo arquivístico não está devidamente declarada.

A alusão ao corpo humano - as relações entre os órgãos e as funções por este desempenhada a fim do pleno funcionamento do organismo como um todo - nos ajudam a compreender as relações do organismo, ou, em outras palavras, as relações orgânicas, que são características identificadoras do que é arquivístico.

Após os estudos realizados acerca da organicidade, e registrados neste debate primário, pode-se concluir que a organicidade é uma qualidade dos conjuntos documentais, e não dos documentos isoladamente.

Faz-se necessário declarar que a escolha é extremamente pertinente para se questionar a relação orgânica entre os documentos presentes nas coleções – a destacar a Coleção Lucia Sanson e Família Barbosa de Oliveira – através de um levantamento contextual. Assim, o tratamento arquivístico das coleções ganha uma importância no campo da área, uma vez que a observância dos vínculos nessas coleções privadas pretende comprovar ser possível a elaboração de quadros de arranjo não só em fundos documentais.

4.3. Arquivos Pessoais

Os arquivos pessoais e familiares passaram a se destacar quando entendidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade, ou seja, quando foi reconhecido o seu valor para o estudo histórico e como registro da memória da Nação.

Entende-se "arquivo pessoal" como conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma e em qualquer suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras e etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade.

Cumpra ainda notar que os documentos que constituem os arquivos pessoais apresentam as cinco características típicas dos documentos de arquivo: autenticidade, imparcialidade, organicidade (esta, colocada em questão, quando se trata de uma coleção), naturalidade e unicidade.

Como afirmou Duranti (1995) “O documento é autêntico quando é aquilo que afirma ser”. Os documentos arquivísticos são produzidos para fins de registro, seja da intimidade, seja das atividades profissionais e de negócios, ou das relações familiares e sociais.

Como coloca Oliveira (2010, p. 35),

Um diário íntimo, por exemplo, é o registro cotidiano de expressões dos sentimentos, pensamentos e atividades diárias; uma carta de amor é a expressão dos afetos de uma pessoa pela outra; um cartão de pêsames traduz o pesar pela perda de uma pessoa querida; um bilhete de teatro é o registro do ingresso de alguém em um espetáculo teatral; uma certidão de casamento representa o estado civil de duas pessoas; as notas de aula expressam ideias estruturadas por um professor e utilizadas no exercício de sua função; um contrato representa as condições acordadas entre partes distintas para a celebração de um negócio; um *menu* é o registro dos pratos servidos em uma recepção; e assim por diante.

Artières (1998, p. 9) retrata as referências de um cotidiano que podem ser encontradas em qualquer arquivo pessoal,

Imaginemos por um instante um lugar onde tivéssemos conservado todos os arquivos das nossas vidas, um local onde estivessem reunidos os rascunhos, os ante textos das nossas existências. Encontraríamos aí passagens de avião,

tíquetes de metrô, listas de tarefas, notas de lavanderia, contracheques; encontraríamos também velhas fotos amarelcidas. No meio da confusão, descobriríamos cartas: correspondências administrativas e cartas apaixonadas dirigidas à bem-amada, misturadas com cartões postais escritos num canto de mesa longe de casa ou ainda com aquele telegrama urgente anunciando um nascimento. Entre a papelada, faríamos achados: poderia acontecer de esbarrarmos com nosso diário da adolescência ou ainda com algumas páginas manuscritas intituladas "Minhas lembranças de infância".

O que torna o documento de arquivo bastante peculiar em relação aos documentos das bibliotecas e museus está ligado à sua origem, a sua produção. O documento de arquivo é gerado para realizar um registro, ou até mesmo para servir de representatividade para um ato, logo, está totalmente ligado às funções, processos e relacionado a uma missão. É o próprio instrumento de uma atividade.

A produção do documento arquivístico está estabelecida pelo seu valor primário, um valor que lhe é nato, aquele que explicita a causa de sua produção, que comprova o ato ou a atividade geradora do próprio documento.

Hobbs (2001, p. 128) propõe uma reflexão acerca da constituição dos arquivos pessoais:

Os arquivos pessoais refletem não somente o que as pessoas fazem ou pensam, mas quem são, como veem e experimentam suas vidas. Um indivíduo cria seu arquivo para atender suas necessidades ou predileções ou personalidade, e não porque alguma lei, estatuto, regulamento ou política corporativa disse que devia criá-lo. É claro que existem exceções, como formulários de imposto de renda e assim por diante, mas esses documentos refletem a *persona* pública do indivíduo e suas ações oficiais, não sua alma ou personalidade.

Ao utilizar os termos "atividade", "ato", "função", é possível estabelecer uma ligação com o cenário organizacional e seus processos. Foi por meio desta análise que durante muito tempo os arquivistas reconheceram os documentos como típicos de arquivo, aqueles que foram produzidos em um cenário corporativo, empresarial ou administrativa. Esta, não se trata de uma visão equivocada, mas apenas uma interpretação acerca da arquivologia e seus princípios voltados para a administração.

O expoente desta visão e interpretação é o arquivista italiano Lodolini (1994). Segundo o autor italiano, para que o documento seja considerado um documento de arquivo deve ter sido produzido em um processo administrativo, ou melhor, na administração de um Estado, ou de

uma outra coletividade organizada, de uma empresa, de uma família, ou na administração de setores particulares, políticos, judiciais, financeiros, militares, eclesiásticos, tecnológicos, científicos.

A narrativa de um cronista ou o manuscrito de uma obra literária ou científica, por sua vez, por terem sido redigidos com o fim científico de transmitir notícias ou de expressar o pensamento do autor, não têm caráter documental. (LODOLINI, 1993, p. 24)

Nesta análise o arquivista italiano exclui os arquivos constituídos por indivíduos, porém não rechaça a tese do pertencimento dos arquivos familiares. Isso se deve ao fato de que os arquivos familiares possuem também documentos administrativos das posses e bens das famílias, que após o advento do estado moderno, serviu bem aos interesses da administração do Estado.

Analisando com Oliveira (2010) devemos destacar que é importante destacar que ao longo de uma trajetória, o indivíduo reúne documentos pelos mais diferentes motivos. A todo o tempo, este indivíduo precisa comprovar quem é, por meio de diversos tipos de documentos como por exemplo: uma certidão de nascimento, um documento de identidade ou uma certidão de casamento, enfim, todo tipo de registro que acabe se tornando uma prova de sua vida social e que, uma vez compondo o próprio arquivo, torna-se a representação direta de seu passado.

Camargo e Goulart (2007) enriquecem a discussão teórica acerca dos arquivos e da ideia de que os arquivos pessoais não podem ser considerados arquivos em seu sentido *strictu sensu*. Ao analisar a terminologia empregada ao longo da história da Arquivologia pode-se inferir que o arquivo esteve ligado à representação e guarda da memória de uma nação e não de um indivíduo em si.

É como se não houvesse sustentação teórica para afirmar o valor probatório de certos documentos que escapam à condição de veículos ou produtores de transações, no sentido que os arquivistas de língua inglesa emprestam ao termo, ou seja, ações comunicadas entre duas ou mais pessoas, ou também entre uma pessoa e um conjunto de informações armazenadas e disponíveis a outras pessoas (CAMARGO; GOULART, 2007. p. 40).

Não obstante a esta discussão Terry Cook analisou em 1998 que o tratamento

dispensado aos tipos de arquivo, pessoal e público, eram distintos, ou seja, muitas vezes os arquivos pessoais eram considerados inferiores que os arquivos públicos. Esta separação ou distinção realizada não pode ser considerada verdadeira, uma vez que em ambos arquivos, os documentos produzidos são frutos de uma determinada atividade, onde para o arquivo pessoal está relacionada a um indivíduo e o arquivo público de sua natural acumulação. No que concerne às práticas arquivísticas no tratamento documental de ambos arquivos, não há diferenciação, logo a distinção ou inferiorização de um relacionado ao outro é incabível mesmo que esta prática ainda esteja bastante presente no cotidiano do arquivista.

Camargo e Goulart (2007) e Cook (1998) rebatem a ideia de que um arquivo cujo acumulador seja um indivíduo não possa ser considerado arquivo no sentido *strictu sensu*, ou seja, como um conjunto de documentos acumulados no decorrer do exercício de suas atividades.

De acordo com Costa e Fraiz (2001) a mudança de interpretação sobre a importância dos arquivos pessoais começou ainda no século XIV, com o surgimento da modernidade. Pode-se dizer que foi neste período que o indivíduo se tornou responsável pelos seus registros sociais dentro de um Estado, devido a formação do Estado moderno. Foi a partir daí que a guarda dos documentos tornou-se responsabilidade de cada indivíduo, característico de suas próprias atividades ou não, das atividades pertencentes ao Estado. Essa mudança, analisada por Costa e Fraiz (2001: 5), foi o início da trajetória dos arquivos pessoais e familiares, pois gera uma mudança no comportamento do indivíduo, que começa a guardar e organizar seus papéis e os de sua família a fim de garantir direitos dentro da sociedade e cumprir suas obrigações jurídicas.

Duranti (1994) também analisa essa mudança ao afirmar que os documentos possuem a capacidade de “capturar os fatos, suas causas e consequências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos”. Nesse sentido, o início da guarda de documentos pelo indivíduo moderno modificou as bases para colocar os documentos pessoais neste patamar mencionado por Durante (1994), já que o seu próprio registro traz para o indivíduo a função de provar sua existência por meio de papéis. Essa necessidade carecida de intenção acaba por ser o marco original dos arquivos pessoais, apesar de sua existência ainda ser objeto de intensa discussão por parte dos arquivistas.

Prochasson (1998) demonstra que, na França, a preocupação com a questão dos arquivos pessoais, como objeto de interesse de pesquisa, inicia-se no século XX. Segundo ele, somente

em 1979 os arquivos privados, em oposição aos arquivos públicos, tornaram-se objeto de interesse, mais por sua importância de resgate devido a multiplicidade de documentos referentes a memória nacional.

Essa característica possibilita uma discussão sobre o conceito de coleção. Para a Arquivologia, é ausência da possibilidade de visualizar as inter-relações dos documentos, apesar de apresentarem alguma característica comum entre si. Segundo Silva (2008), uma coleção apresenta “múltiplas proveniências. O arquivo não é uma coleção porque é uma produção natural”, ou seja, uma produção natural de uma dada instituição ou pessoa. Para os teóricos que discutem a memória, é justamente a ideia de conjunto documental que insere a coleção, muitas vezes, pela sua unicidade na esfera da memória e a torna um objeto cobiçado pela história devido a sua utilidade.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, um arquivo pessoal é o arquivo de uma pessoa física. Esta definição insere-se no conceito de arquivos privados, entendido como o arquivo de uma entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Estas duas definições acabam acarretando certa ambiguidade, pois na literatura podem ser encontrados os termos *arquivo privado* e *arquivo privado pessoal*, ambos para designarem o arquivo pessoal.

O Dicionário de Terminologia Arquivística, editado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, não traz entre seus verbetes o conceito de arquivo pessoal; apenas o de arquivo privado, entendendo-o como o conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas.

Essa oposição está presente em Belloto (2004), que discute a definição de arquivos privados remetendo à questão do que seja um documento privado. Segundo ela, o que caracteriza um documento como público ou privado é o que irá determinar sua inserção nos arquivos públicos ou privados. Em outras palavras, a natureza de origem da documentação, bem como suas características contextuais, define bem o que é arquivo como sendo privado e este como pessoal.

Belloto (2004) caracteriza o documento privado definindo uma série de elementos intrínsecos a sua gênese, sendo os mais pertinentes a este objeto: a sua produção, a distinção de

pertencer à um conjunto orgânico ou não, o prazo de utilidade ao órgão produtor e seu valor de guarda ou custódia. De todos os elementos anteriormente mencionados, o que irá caracterizar o documento como público ou privado será o seu contexto de produção.

Para o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, de Muller, Feith e Fruin (1973), somente são documentos de arquivo aqueles cuja origem encontram-se no seio da administração pública, excluindo-se desse processo os documentos cujo contexto de produção não venha dessa esfera, ou seja, acabam-se por excluir os que venham da esfera privada.

Dessa forma, para considerar o documento como sendo de caráter privado faz-se necessário definir o contexto de produção do mesmo, ou seja, definir se foi produzido por uma instituição pública, por uma empresa privada ou por uma pessoa ou família. É importante destacar que não foi desconsiderada a possibilidade de se encontrar documentos de caráter público dentro de um arquivo pessoal.

Para Heymann (1997, p. 42), “é a pessoa [...] que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo”. Esta afirmação sobre quem constitui o arquivo pode ser duvidosa, pois a acumulação dos registros perpassa por uma trajetória que pode ir além da vida do titular do acervo, tornando-se o entendimento do arquivo pessoal como retrato fiel da memória do titular.

Assim sendo, um arquivo pessoal, após seu tratamento para o acesso ao usuário, representa não só o fruto da acumulação do titular, mas das decisões técnicas e políticas para sua organização e representação. Pensar, então, o arquivo pessoal apenas como o “retrato da memória fiel de seu titular” significa desconsiderar outros tipos de tratamento ou interpretações.

Heymann (2005) considera o arquivo o fruto de tensões que vão muito além da simples acumulação dos documentos realizadas por um indivíduo. Considera que os arquivos são o resultado de uma relação que o indivíduo terá com a sociedade e com outros sujeitos que possam a vir interagir com o os arquivos, interferindo direto em sua acumulação e por ventura sua organização.

Sendo assim, é possível compreender o arquivo pessoal como o fruto de diferentes variáveis. Estas variáveis se tornam fatores de sua constituição, mas todas têm um ponto de convergência: o indivíduo. A forma pela qual os documentos foram gerados e organizados, seja pelo produtor, seja por outra pessoa e a necessidade de armazená-los para a realização de suas

atividades, de guardá-los como forma de prova em função de alguma atividade, lembrança e recordação de acontecimentos passados podem ser consideradas variáveis ou fatores de constituição de um arquivo pessoal e de um arquivo privado pessoal.

Para Camargo (2009, p. 28),

Convém examinar, inicialmente, o sentido da expressão “arquivos pessoais”. Embora se admita seu uso na comunidade arquivística brasileira, o mais correto seria dizer *arquivos de pessoas* (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente) ou de categorias ocupacionais (de estadistas, de literatos, de cientistas etc.), ao menos para não conflitar com três situações distintas, igualmente questionáveis, em que o epíteto é aplicado. Refiro-me aos documentos sobre pessoas, presentes nos arquivos institucionais, e, no âmbito dos documentos efetivamente acumulados por indivíduos, a parcelas específicas do arquivo: àquelas que não resultam do exercício de funções públicas e àquelas representadas por documentos identitários. A observação é válida também para expressões que convertem uma das facetas do titular em atributo geral de todos os documentos de seu arquivo, estendendo-o para os de outras pessoas com perfil semelhante: “arquivos literários”, “arquivos científicos”, “arquivos políticos”, “arquivos militares”, “arquivos religiosos” etc.

Evidencia-se que o arquivo pessoal é uma manifestação do indivíduo enquanto ser construído da sociedade moderna, podendo dividir esse indivíduo em duas partes: ao descortinar-se em seus diários íntimos, nos seus escritos autobiográficos, a maior representação do seu íntimo; e sendo o outro, naquele que realiza a busca incansável por ser memorizado pelo exercício da escrita.

A partir da existência dos estados modernos, o controle burocrático do indivíduo se solidificou ainda mais por meio de documentos comprobatórios de sua existência. Há uma necessidade constante e crescente de produzir evidências de nossa passagem pela sociedade. No entanto, a acumulação desses registros, que no futuro poderão vir a compor um arquivo pessoal, não deixa de ser o fruto das necessidades e dos desejos de seu produtor.

Mas esses registros também se configuram como testemunho, o mesmo enunciado por Macneil (2010), quando afirma que esses documentos são o “testemunho autêntico das ações, processos e procedimentos que provocaram a sua existência”.

Essa mesma noção de testemunho pode ser observada em Mckemmish (2001) em seu artigo, ao definir que “processo de acumulação é um ‘tipo do testemunho’”. Em um nível pessoal

é uma maneira de evidenciar e memorizar nossas vidas, nossa existência, nossas atividades e experiências, nossos relacionamentos com o outro, nossa identidade, nosso “lugar no mundo”.

Mckemmish (2001) propõe uma discussão por meio de histórias, fictícias ou não, em que os personagens, em seus escritos, mais precisamente em suas cartas ou diários, registram suas vontades, impressões, ilusões, esperanças, alegrias e angústias. Ações como guardar, queimar e preservar se instauram nas vozes daqueles que um dia tornar-se-ão os titulares de um arquivo, nesse sentido, transitando entre a lembrança e o esquecimento.

Em seu artigo, podemos vislumbrar como alguém, pelos mais diferentes motivos, pode vir a exigir que esses registros, comprovação de sua própria existência, sejam destruídos, num possível ato inconsciente de apagar qualquer evidência de si, pois aos olhos dos produtores esses registros podem não ser merecedores de constituir-se enquanto lembrança. Já para outros, esses mesmos registros podem ser armazenados a fim de testemunhar sua existência, como uma forma de perpetuar-se.

O olhar sobre o que se produz pode vir a ser um determinante para se perpetuar uma lembrança nos arquivos pessoais. No entanto, em ambos os casos, as pessoas não têm como objetivo entenderem-se enquanto objeto de memorização, apesar de poderem vislumbrar-se enquanto objeto desta mesma memorização.

Para Mckemmish (2001), a maneira como o arquivista analisa a tramitação dos documentos de uma empresa, percebendo sua importância, conexões, razão por que foram gerados, bem como seu valor de prova, também pode ocorrer em um arquivo pessoal.

Para Camargo e Goulart (2007), isso é uma forma de compreender a importância do contexto nos arquivos. Os autores, ao dizerem que o contexto para compreender os conteúdos das cartas reside em perceber as relações e interações do autor, remetem à noção de contexto arquivístico definido por Theo Thomassen.

O artigo analisa os diferentes tipos de contexto de produção do documento, incluindo o contexto sociopolítico, cultural e econômico.

Na outra ponta dessa discussão sobre a evidência de si, encontra-se a questão da identidade. A própria Mckemmish (2001) refere-se a ela ao definir *recordkeeping*, termo em inglês para dar significado aos testemunhos de nossa existência, de nossa identidade.

É por meio de notas, cartas, bilhetes, cartões e, mais precisamente, pelo conteúdo ali

existente que se pode perceber como esse indivíduo interage nos seus diferentes papéis e espaços sociais; como, por meio da assinatura, de sua identidade, pode definir se suas evidências serão guardadas ou destruídas. Mesmo que a necessidade da lembrança suplante os desejos do indivíduo, o testemunho de sua vontade é corporificado pela assinatura.

Ainda sobre esta discussão, Artières (1998, p. 5) relembra o poder da escrita: “desde o fim do século XVIII estabeleceu-se progressivamente uma formidável forma de poder da escrita que se estende sobre o conjunto do nosso cotidiano; a escrita está em toda a parte: para existir, é preciso inscrever-se: inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias”.

Mas a escrita é mais do que simplesmente o ato em si de se inscrever, como relata Artières (1998). Ela é um exercício, uma forma de controle e de inserção nas redes de sociabilidade que existem em nossa sociedade. Por isso, Foucault (2006, p. 155-56) instaura o exercício da escrita e, mais precisamente, o exercício por meio da correspondência como “alguma coisa mais do que um adestramento de si mesmo pela escrita, através dos conselhos e advertências dados ao outro: constitui também certa maneira de se manifestar para si mesmo e para os outros”.

Essa possibilidade de manifestação para o outro permite perceber, dentro dos arquivos pessoais, as estruturas de dada sociedade, ou mesmo como o produtor de determinado arquivo se constrói enquanto indivíduo social.

Não somente as correspondências, mas todo tipo de escrita de si traz um duplo olhar. Para o arquivista, é o objeto que poderá auxiliá-lo na contextualização do acervo. Para o historiador, a descoberta do passado, uma fonte para escrevê-lo.

Além disso, todo o indivíduo é possuidor de uma identidade. O nome próprio remete à assinatura, e esta ao caráter jurídico de prova, fornecendo a tal documento nomeado uma autenticidade única e intransferível, conseqüentemente, conferindo-lhe o status de documento de arquivo. Este mesmo nome próprio permite transitar pelos mais diferentes espaços sociais que, por sua vez, atestam nossa passagem por meio da emissão de um documento, cujo “poder simbólico” concretiza-se na construção do “eu social”.

Em função disso, estes conjuntos de documentos acumulados acabam por trazer para nossas vidas algumas práticas arquivísticas:

... o indivíduo bem ajustado deve classificar os seus papéis; deve, a qualquer momento, estar pronto a apresentar o inventário deles: seu *curriculum vitae* [...]. A data de nascimento remete à certidão de nascimento, o estado civil ao registro civil, a nacionalidade ao passaporte, endereço, telefone a um contrato de locação e a uma conta de telefone, nível de instrução ao conjunto dos diplomas, experiência profissional aos contracheques (ARTIÈRES, 1998. p. 6).

Nós possuímos diversos papéis dentro de uma sociedade, e justamente essa variedade nos remete a produção de diferentes tipos de registro. Outra discussão que podemos inserir nessa diversidade de papeis praticados, é a que podemos definir um indivíduo dotado de identidade, pois quando analisamos um acervo, o arquivista pode se deparar com uma documentação reunida ou colecionada posteriormente à vida do titular, em seu acervo, como uma tentativa de salvaguardar a memória e história daquele acervo.

O arquivo também pode constituir-se enquanto lugar de lembrança em função da posição que o titular ocupa no seio da sociedade ou de sua família. Seu carisma, liderança ou temperamento serviram de polo de concentração para a guarda dos objetos de rememoração. Enfim, em nosso cotidiano, nos cercamos o tempo todo de elementos que, no futuro, serão objetos de reconstrução, seja por nossa vontade de guardar lembranças, seja por necessidade de comprovar nossa existência.

A necessidade da recordação, de guardar relíquias de um tempo passado, transforma o arquivo pessoal naquele lugar onde se pode ver o passado presente. É o lugar de nostalgia e descoberta de nosso papel social. Essa necessidade aproxima o arquivo da memória, pois são os “artefatos de registros derivados de uma atividade” (Cook, 1998).

Dessa forma, o arquivo pessoal pode ser entendido como arquivo de memória. Ao aproximá-lo da condição de artefato, Cook (1998) o insere no cerne das discussões sobre memória e relíquia, e, ao percebê-lo como uma forma de evidência e memorização de uma pessoa; Mckemmish (2001) o remete ao campo da recordação, da lembrança e da percepção do tempo.

Por isso, os arquivos pessoais, enquanto espaços de memória, caracterizados pela existência de “[...] papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas...” (Belloto,

2004), e a materialização de sua organização, por meio dos instrumentos de recuperação da informação, necessitam ser constantemente estudados. Hoje o arquivo chega ao indivíduo, e o arquivista precisa voltar-se para temáticas como organização e tratamento dos acervos pessoais. No caso dos arquivos pessoais, essa temática se instaura dentro das questões de contexto histórico, contexto de produção, memória, descrição e testemunho.

Nesse sentido, a relação entre os registros, as lembranças e as provas, para o arquivista concretiza-se na necessidade de dar acesso, de preservar a memória para futuras gerações. Já para o historiador se concretiza no fascínio da descoberta e na necessidade de material para exercer a escrita do passado, do aprisionamento do que será lembrado.

De acordo com Oliveira (2010, p. 33),

Outro aspecto interessante a ser ressaltado refere-se às diversas formas de expressar o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma pessoa ou família no desempenho de suas atividades/funções em sociedade e ao longo de sua trajetória. Tradicionalmente, os arquivos pessoais foram custodiados em bibliotecas e museus, sendo muitas vezes referidos como "coleções", "manuscritos" ou mesmo "papéis pessoais". Gostaríamos, a propósito disso, discutir a marca dessa categorização, uma vez que é uma discussão central para o tema. Cada uma das três categorias citadas traduz, de forma menos ou mais explícita, um não reconhecimento desses conjuntos documentais como arquivos; ou mesmo, quando podem ser considerados como arquivos, que são restritos a um estereótipo de documento arquivístico – manuscrito ou papéis – que se refere à técnica ou ao suporte.

Oliveira (2010, p. 33) pontua que a maneira como as coleções são tratadas podem aparecer de maneiras diferentes de acordo com as escolas de arquivologia. Sendo assim, a abordagem,

Na literatura da área, em especial na americana e canadense, o termo "manuscrito" se refere aos papéis históricos ou literários dos arquivos pessoais ou de família, enquanto o termo "arquivo" (archives) diz respeito ao arquivo permanente de uma organização privada ou governamental. Outra expressão usual encontrada na literatura da área, *personal papers*, somente é utilizada quando associada aos arquivos pessoais ou familiares. A expressão indica implicitamente que apenas documentos em papel seriam objetos desses arquivos, excluindo as fotografias e os objetos tridimensionais, por exemplo. Entretanto, também traduz uma idéia de falta de contexto de produção – de documentos isolados: “os papéis”.

Ainda sobre o conceito de coleção é importante frisar algumas características pertencentes à formação desses conjuntos de documentos. Para Oliveira (2010, p. 33),

O conceito de coleção, já visto anteriormente nessa pesquisa, por sua vez, implica na reunião intencional de documentos sem a marca da produção natural e sem a explicitação da relação orgânica entre os documentos e entre as atividades que os geraram. O tema de uma coleção pode ser uma pessoa ou uma família, por exemplo. A coleção é obra do colecionador e é de responsabilidade somente do colecionador a reunião do conjunto desses documentos, que seguem os critérios específicos determinados por suas escolhas. Na literatura americana e canadense, o termo "coleção" expressa o que identificamos conceitualmente como coleção, ou mesmo arquivo, no que se refere aos arquivos pessoais; não há distinção no uso dos termos.

Sendo assim a autora salienta a importância como esses conjuntos, incluindo as coleções baseadas nos acervos pessoais seriam deixadas de lado, se colocando em um lugar “obscuro” dentro da Arquivologia. Isso deriva de um processo histórico onde os arquivos institucionais foram mais presentes em estudos da arquivologia. Para Oliveira (2010, p. 34),

Como consequência desse processo histórico, outra hipótese sobre o lugar obscuro dos arquivos pessoais na literatura da área baseia-se na própria formação profissional dos teóricos da Arquivologia, que usualmente são oriundos de uma vivência no âmbito dos arquivos públicos. De acordo com essa hipótese, suas formulações teóricas estariam direcionadas à realidade de produção, gestão, preservação e acesso dos documentos públicos e, portanto, não considerariam os arquivos pessoais.

Seguindo esta análise proposta por Oliveira, é interessante como a maior parte dos manuais elaborados para enriquecer os debates acerca da organização de documentos permeiam somente documentos públicos e privados, e estes, no seio da esfera administrativa, desconsiderando os arquivos pessoais. Oliveira (2010, p. 34) ressalta que,

A título de exemplificação, podemos citar o caso dos arquivistas holandeses, Muller, Feith e Fruin famosos por sua célebre publicação Manual de Arranjo e Descrição, em que sistematizaram as práticas de organização e descrição dos arquivos do Estado Holandês; bem como Sir Hilary Jenkinson (1882-1961), arquivista e paleógrafo que foi diretor do Arquivo Público Britânico; T.R Schellenberg (1903-1970), funcionário do Arquivo Nacional dos Estados

Unidos a partir de 1935 e subdiretor do Arquivo no período de 1957 a 1963, e ainda Michel Duchein, que trabalhou como arquivista no Arquivo Nacional da França, onde foi também Inspetor Geral.

O reconhecimento dos arquivos pessoais como coleções tem sido um grande desafio, uma vez que não é atribuído tratamento adequado à maioria desses acervos, assim como também há uma grande resistência na análise mais aprofundada desses documentos.

O resultado são os muitos desmembramentos de acervos pessoais que podem ter sido consequência direta da falta de aplicação do conceito de integridade arquivística no caso das coleções.

Por vezes, problemas desse tipo são gerados por aspectos como a já abordada dificuldade em discernir a categoria dos documentos. O que acaba levando a uma compreensão errônea da organicidade dos documentos. Segundo Bellotto (2004, p. 5),

A gênese do documento de arquivo é um procedimento e, como tal, é uma sequência de passos. Há todo um sistema lógico de produção, há normas ou sistemáticas estabelecidas para isso, sistemáticas que podem ir sofrendo mudanças e adaptações, tanto na rotina jurídico-administrativa, como na conseqüente rotina burocrático-documental no correr do tempo, no interior dos órgãos públicos e/ou das entidades privadas. Os passos podem ser diferenciados, já que há especificidades em cada ente produtor e em cada contexto de produção. Tudo depende do tipo da entidade produtora, sua competência, suas funções e suas atividades.

Dessa forma, a organização arquivística não apenas contribui para o tratamento e compreensão dos arquivos pessoais, como também é fundamental para que esta seja realizada de forma coerente, sendo a busca pela gênese documental uma parte desse processo.

4.4. As coleções pessoais

O que poderá responder à pergunta – arquivo ou coleção?

A resposta se encontra na aplicação do primeiro princípio básico da Arquivologia, o Princípio da Proveniência, e na identificação de duas características intrínsecas aos arquivos: a organicidade e a naturalidade.

De acordo com Oliveira (2010, p. 38)

a) Quem é o produtor do arquivo? O conceito de "produtor" é o daquele que é responsável pela criação e acumulação dos documentos ao longo de sua vida, no cumprimento de suas atividades e funções sociais.

b) Existe relação orgânica entre os documentos? E, se existe, a mesma é perceptível? Se não for possível identificar o produtor do arquivo e tampouco as conexões naturais entre os documentos, estamos diante de uma coleção.

Um conjunto de documentos que foi reunido sobre um tema, uma pessoa, uma família e etc., em decorrência de um processo artificial de coleta efetuado por um colecionador.

Os arquivistas Muller, Feith e Fruin publicaram um manual que sistematizou a prática de organização e descrição arquivística holandesa, conforme já foi mencionado nesta pesquisa anteriormente. Para Oliveira (2010, p. 38) “essa publicação é um marco na área e ainda é amplamente citada nas discussões mais contemporâneas da Arquivologia”. Esses profissionais definiram "arquivo" excluindo os arquivos pessoais dessa formulação.

Os arquivistas holandeses em seu manual definiram por sua vez a ideia de arquivo que serviria como importante contribuição para o entendimento de arquivos pessoais na contemporaneidade. Para os arquivistas holandeses,

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13)

É perceptível que os arquivistas holandeses reconhecem em sua definição de arquivo que pessoas de um modo geral podem possuir “arquivos”, ou mesmo, gerar “arquivos”, contudo, a definição contida no manual só exalta a possibilidade de geração de um conjunto documental desde que estes documentos produzidos estejam relacionados com suas atividades de negócios.

Contudo, ao tratarem dos documentos gerados em um contexto familiar por exemplo, não podem ser reconhecidos como um arquivo, pois estes conjuntos documentais seriam desprovidos de qualquer relação orgânica. Importante que seja pontuado Jenkinson (1922) e seu questionamento acerca dos documentos privados. Para ele os documentos de arquivo privados só devem ser considerados nesta natureza se fizeram parte de transações administrativas, ou produzidos no seio da mesma esfera.

Para que um documento possa ser considerado arquivístico deve ter sido produzido ou utilizado no curso de transações administrativas ou executivas (seja pública ou privada) da qual o documento faça parte, e deve ser preservado como fonte de informação pela pessoa ou pessoas responsáveis pela transação e/ou por seus legítimos sucessores. (...) Arquivos não são produzidos pelo interesse ou para ser fonte de informação para a posteridade. (JENKINSON, 1922, p.11)

Já Thomassen (2006) analisa os arquivos e suas funções por uma diferente perspectiva que foge um pouco da esfera administrativa. Thomassen coloca que os arquivos devem ser entendidos em relação à memória. Para Thomassen (2006, p. 610,

Funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtos de documentos públicos quanto privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados. Eles precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de serem entendidos e de documentar a sua própria história. É importante para a sociedade que as organizações funcionem bem, que indivíduos e associações sejam responsáveis por seus atos, e que registros de valores culturais duradouros sejam preservados através do tempo.

Para Oliveira (2010, p. 39),

Essa percepção implica no reconhecimento de valores que podem ser atribuídos aos documentos, como o histórico, cultural e de pesquisa. O fato de lhe ser atribuído um valor distinto daquele que justificou sua produção, o valor secundário (valor de pesquisa), não significa que o valor primário deixou de existir. Muitas vezes não são excludentes. O valor secundário está centrado no conteúdo do documento e ao seu valor de informação.

Este valor é o que deve ser entendido como “valor informacional”. Para Eastwood (2008, p. 236) o “valor informacional é a capacidade do documento de arquivo de fornecer informação sobre pessoas, coisas, fenômenos e outros assuntos de interesse para pesquisa”.

É importante frisar que o documento sempre serve como prova da ação que lhe deu origem, ou seja, o que podemos entender como o ato gerador. Conforme afirma Oliveira (2010, p. 40),

O documento arquivístico sempre servirá de prova das ações que lhe deram origem. Esta característica que lhe é nata sempre permanece: em alguns casos, o que modifica é o seu uso. Um recibo de aquisição de uma televisão, por exemplo: uma vez findo o período de sua garantia, não será útil para trocas ou manutenções gratuitas, mas sempre será o registro da compra do objeto. Uma certidão de casamento só poderá ser utilizada para fins de comprovação do enlace civil do casal enquanto o casamento perdurar, no entanto sempre será o documento que expressa o registro da união civil do casal.

E esses registros podem de variados tipos, voltados para diversas áreas que nem imaginamos que funcionem como um guardião da ação que o gerou. Oliveira (2010, p. 40) pontua que,

Inúmeras são as interpretações e os usos desses registros. Os cardápios podem ser utilizados para o estudo da culinária em um determinado período histórico; as cartas de amor, para a análise das relações amorosas; os contratos de negócios, para estudo das relações comerciais entre empresas de um determinado segmento da economia; etc. O desdobramento decorrente do valor secundário da documentação não apaga a motivação da produção dos documentos:

MacNeil afirma que os registros funcionam como testemunhos e falam por si só, concordando com a ideia proposta por Oliveira de que os registros de caráter privados também possuem natureza arquivística. Para Macneil (1994, p. 13) estes documentos,

Porque são produzidos como meio e não como fim em si mesmo, os arquivos são capazes de assegurar um testemunho autêntico das ações, processos e procedimentos que provocaram a sua existência. Para a pergunta sobre o que é único em relação ao valor dos arquivos e que justifica sua contínua preservação, nós podemos responder que o fator que distingue os arquivos é o fato de que podem prover a mais imparcial reflexão desses valores – não a mais verdadeira, nem a mais objetiva, nem a versão mais completa, simplesmente a mais imparcial.

A grande diversidade de pesquisas que os arquivos pessoais podem possibilitar é grandiosa. Os arquivos pessoais refletem uma perspectiva muito particular que qualquer grande área de estudo. Oliveira (2010, p. 40) define que a importância dos arquivos pessoais reside no,

reconhecimento dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a identidade de uma sociedade - para estudos antropológicos, historiográficos, culturais e até mesmo como fonte para uma análise comparativa em relação ao que é preservado como resultado da gestão pública - implica o arquivista

no processo de modo muito particular. A partir dessa percepção, sua autoridade no desempenho de suas funções adquire um novo lugar na sociedade e na própria Arquivologia.

Para McKemmish (2001, p. 2) o papel que o arquivista desempenha na sociedade é fundamental para a garantir a própria constituição e acesso/preservação de sua memória.

Os arquivistas estão, em parte, no negócio de assegurar que um arquivo pessoal considerado de particular interesse para a sociedade como um todo seja incorporado em arquivos coletivos da sociedade e que constitua uma parte acessível da memória dessa sociedade, seu conhecimento e sua identidade cultural – a prova de nós mesmos.

Para Oliveira (2010) é importante que esses documentos sejam preservados e guardados por instituições que possam garantir o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre os envolvidos nesses acervos, com o intuito de promover o conhecimento sobre particulares, e que possam a vir auxiliar a produção científica em diversas áreas. Como coloca Oliveira (2010, p. 41)

Os usos dos arquivos pessoais pela sociedade sem dúvida singularizam a própria constituição e preservação desses acervos. Não são arquivos de homens simples que são recolhidos às instituições de memória por representarem uma época, uma área de conhecimento ou as expressões intelectuais de um segmento da sociedade; são arquivos de homens e mulheres que se destacaram ao longo da história de uma sociedade. Identificar as conexões entre os documentos e o que representam, preservar esses documentos de forma que seu sentido inicial, referido em sua produção, seja mantido e tornar acessíveis esses acervos aos mais diferentes usuários, são desafios para o arquivista.

Camargo e Goulart (2007) identificam dois problemas no tratamento dos arquivos pessoais, sendo um deles não tão importante para esta pesquisa, como a variedade tipológica que estes documentos podem possuir. O outro problema cabe a ser analisado aqui como um ponto central desta pesquisa: a forma como estes arquivos são organizados e a maneira como são elaborados os arranjos para dispor estes documentos.

Como destaca Oliveira (2010, p. 41)

É fundamental avaliarmos em que medida essas normas podem contribuir para o efetivo exercício dessa função arquivística de pesquisa, mantendo as

características do material arquivístico e, simultaneamente, assegurando a visibilidade de sua formulação científica. Na maioria das vezes, estes documentos pessoais tendem a desaparecer, pois, caso os familiares não tenham capacidade econômica ou interesse em manter esta documentação preservada, dificilmente as administrações públicas terão interesse ou condições de fazê-lo. Porém, com o aumento gradual do interesse por investigações históricas neste tipo de documento, há uma maior consciência de sua importância.

Reconhecer o produtor do arquivo é importante no processo de identificação de uma coleção. A questão da produção é importante para analisarmos quem foi o responsável pela criação dos documentos. Estamos falando da geração ao longo da vida das pessoas, ao cumprir suas atividades e exercer suas funções dentro da sociedade.

Para Yeo (2012, p. 44), coleção é “um grupo de materiais com alguma característica em comum”. Não necessariamente apresentada como possuindo um vínculo inicial, mas sim, com propriedades que assegurem sua lógica organizacional.

O modo de organização, segundo Paulo Roberto Elian Santos (2005, p. 66), deve evitar a combinação de critérios temáticos, tipológicos e funcionais na definição das séries, pois os laços orgânicos inerentes aos documentos podem se perder. Outras práticas usuais em organizações de arquivos pessoais que devem ser evitadas são: a pouca relação entre as informações coletadas com a organização proposta; levantamento e sistematização deficientes; a formação de dossiês sem os vínculos necessários e sem o reconhecimento das funções e contexto das atividades e, por fim, a segregação de documentos de imagem e som, que acabam descontextualizando os documentos de mesma proveniência.

As indicações para o estabelecimento de relações consistentes entre os documentos organizados, de acordo com o mesmo autor, levam em conta um exame cuidadoso da proveniência dos documentos, sistematizando e levantando informações sobre a vida e obra do titular, com um adequado estabelecimento de áreas, funções e atividades, e, através deste trabalho, tornar possível a formação de uma cronologia de eventos da vida do titular do acervo em questão.

Se o produtor do respectivo arquivo não for encontrado e as relações entre os documentos não forem explícitas e naturais, o arquivista irá lidar com uma coleção documental. Muitas vezes, essas coleções são reunidas por uma pessoa ou uma entidade com o intuito de

preservar a história e a memória contidas nos documentos. Temas ou assuntos são comuns a estas coleções, como a vida de uma pessoa ou uma família, como, por exemplo, a Coleção Lucia Sanson, que trata a vida social e econômica de três famílias importantes do Rio de Janeiro oitocentista.

Rodríguez (1995) traz uma interessante metodologia para o trabalho com arquivos pessoais, salientando as diferenças entre o tratamento que deve ser aplicado aos acervos documentais e aos acervos bibliográficos e museológicos.

Em documentos, há uma maior heterogeneidade de tipologias. Sua existência está ligada a um testemunho de atos de uma pessoa ou pessoas, e existe a necessidade de conservá-los agrupados em conjunto, pois, caso contrário, perdem seu valor e se dispersam. Esta heterogeneidade, porém, não impede que seja possível agrupar os documentos de arquivos pessoais e familiares segundo critérios básicos, mas este esquema nunca pode ser rígido, mesmo que seja a maneira mais adequada para se trabalhar com outros tipos de arquivo com características diversas aos pessoais.

O caráter da documentação e suas particularidades devem fundamentar as escolhas que serão feitas para seu tratamento, e, de maneira geral, tais documentos podem ser agrupados. O primeiro é o de documentos patrimoniais, comuns em arquivos familiares, compostos por documentos como títulos de propriedade. Também documentos de caráter genealógico, coleções de objetos e os documentos pessoais propriamente ditos compõem quase que a totalidade deste tipo de acervo.

Para Oliveira (2010, p. 56),

Conhecer os laços entre os membros familiares torna-se fundamental: quando o objeto de análise está representado por documentos com autores homônimos (era costume homenagear os entes queridos registrando as crianças com os seus nomes) e que convivem em um mesmo período histórico; quando se trata de famílias numerosas, que se reuniam pelos mais diversos laços (casamento, negócios, amizade).

Neste caso, estudar a família é fundamental para que seja possível entender a coleção mais a fundo. As relações familiares, a árvore genealógica e as ramificações contidas nelas

são aspectos auxiliares da compreensão da história dessas famílias.

Os arquivos de família são importantes para o estudo dos arquivos privados. Como destaca Oliveira (2012, p. 31),

Os arquivos pessoais e familiares passaram a se destacar quando entendidos como patrimônio e ser preservado pela sociedade, ou seja, quando foi reconhecido seu valor para o estudo histórico e como registro de memória da nação. Outro aspecto interessante a ser ressaltado são as diversas formas de expressar o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma pessoa ou família no desempenho de suas atividades/funções em sociedade e ao longo da sua trajetória. Tradicionalmente, os arquivos pessoais foram custodiados em bibliotecas e museus, sendo muitas vezes referidos como ‘coleções’, ‘manuscritos’, ou mesmo ‘papéis pessoais’.

O trabalho de pesquisa baseia-se em arranjos de coleções constituídas basicamente de documentos de diferentes famílias, no entanto, considerando os aspectos metodológicos não existem maiores divergências comparando com a organização de arquivos pessoais. Ressalta-se que nos países europeus onde se detecta alguma tradição na preservação de arquivos familiares, isto se dá pela relação entre a acumulação dos documentos com as propriedades.

4.5. Subsídios para a elaboração de um arranjo

“Arquivos Pessoais, portanto, são conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas.” (Fundação Getúlio Vargas). O contato com fontes primárias, capazes de revelar atividades de uma pessoa física, é uma sensação única de transporte no tempo e na vida de personagens, pois traduzem uma história. A imersão nos arquivos pessoais de forma direta não só nos revela experiências vividas por esses atores, como também faz com que nos deparemos, aos poucos, com frações muito íntimas de suas histórias.

As informações contidas nesses acervos interessam como fonte de pesquisa e são dotadas de singularidade, uma vez que são produzidas por homens e mulheres, ao longo da vida, sem a finalidade de serem históricas e culturais, embora possam adquirir valores que lhes

são inatos por testemunharem a memória de quem os acumulou ou produziu. Sendo assim, tanto os acervos pessoais quanto os arquivos institucionais devem receber tratamento arquivístico, para, assim, após a sua organização, garantir e possibilitar o acesso à documentação.

É importante destacar que arranjo, como Schellenberg afirmou é o “processo de agrupamento dos documentos singulares em unidades significativas e o agrupamento, em relação significativa, de tais unidade entre si”. Essa relação significativa que o autor menciona é a relação orgânica que os documentos possuem entre si, e que por fim acabam por caracterizar esses documentos como documentos arquivísticos. O termo “arranjo” é proveniente do termo em inglês “arrangement”, e que é definido como a classificação dos arquivos correntes.

Os estudos e a prática arquivística no Brasil nos levam a uma distinção com relação aos termos adotados para a ordenação dos documentos e suas diferentes fases. O termo classificação é utilizado frequentemente para a ordenação dos documentos em sua idade corrente; por sua vez, os arquivos em idade permanente acabam por utilizar o termo arranjo.

Mesmo havendo a diferenciação é importante destacar que a aplicação dos princípios voltados para a ordenação dos documentos não se perca, como por exemplo, a elaboração de um arranjo não pode desrespeitar a classificação de origem, salvo em alguns casos, quando em arquivos pessoais se pode reconhecer o contexto arquivístico em que foram produzidos tais documentos, e que sistematicamente não possuem uma ordem original.

Como afirma Bellotto (2008, p. 136),

A operação de arranjo resume-se a ordenação de conjuntos documentais remanescentes das eliminações (ditadas pelas tabelas de temporalidade e executadas nos arquivos correntes e intermediários), obedecendo a critérios que respeitem o caráter orgânico dos conjuntos, interna e externamente. Cabe lembrar que se trata de ordenação feita nos arquivos permanentes, quando realmente os conjuntos de documentos produzidos/recolhidos por unidades administrativas e/ou pessoas físicas passam a “conviver” uns com outros, só então passando a ser fundos”.

Porém quando se trata de um arquivo pessoal, essa discussão acaba por se agigantar no que concerne a organização desses documentos. Afinal, a missão de um indivíduo é viver, e por assim dizer, a gama de possibilidade de origem de documentos é ilimitada. Não é necessário que esse indivíduo elabore uma organização primária para que depois no curso de suas

atividades e impulsos humanos ele possa alocar seus documentos. Esse é o grande diferencial por exemplo quando lidamos com as coleções pessoais.

Os arquivos pessoais, ou arquivos de pessoas, como já vimos nesta pesquisa mostra como esse indivíduo organizou a sua vida baseando-se nas suas atividades. Ao lidarmos com uma coleção essa organização se perde, pois não sabemos qual a real intenção daquele colecionador ao reunir tais documentos. Sabemos sim, que sua intenção em memorizar os fatos que aconteceram relacionados a um indivíduo, a um familiar ou até mesmo a uma família levaram à reunião dos documentos, porém qual a afetividade do colecionador com o conjunto documental em questão é uma dúvida que paira como antecedente à elaboração de planos de organização desses documentos.

A elaboração do arranjo é uma das fases mais importantes do processo de organização de um acervo. O arranjo documental serve para que os documentos sejam acessíveis ao uso e para que sejam conhecidos também a sua natureza e o seu conteúdo.

O arranjo dos documentos é realizado por meio de definição das séries, subséries, tipos documentais, dossiês, etc., ou seja, trata-se da distribuição lógica dos documentos de arquivo que compõem o quadro de arranjo. Bellotto (2006) traz a definição de série que a Comissão de Estudo de Terminologia Arquivística da Associação Brasileira de Normas Técnicas estabeleceu no projeto “Arquivos: terminologia arquivística”: “Designação dada às subdivisões de um fundo que refletem a natureza de sua composição, seja ela estrutural, funcional ou por espécie documental. As séries podem ser divididas em subséries”.

Com a elaboração do quadro de arranjo documental, apresentam-se mais explicitadas tanto as atividades desempenhadas pelos indivíduos que compuseram esses acervos, a rede familiar que este pode estar inserido, como também, as ações por eles empreendidas. A documentação do acervo passa a ser demonstrada de forma mais apropriada por meio do arranjo.

Em uma fase posterior, os documentos são separados fisicamente, de acordo com as suas respectivas séries, subséries e dossiês. A separação e a ordenação física é uma importante fase do processo de organização do acervo, pois, com isso, será possível visualizar o contexto e todo o conjunto documental do acervo. No capítulo II do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, são explícitas vinte e duas regras a respeito do arranjo dos documentos de arquivo,

dentre as quais destacamos a de número quinze, que explica que um arranjo deve ser sistemático.

A regra dezesseis faz alusão à organização original do arquivo, a qual na sua essência corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu. Os arquivistas holandeses são pontuais ao considerar esta regra a mais importante de todas. Consideram que é dela que derivam todas as outras, indicando que “só a ordenação sistemática de um arquivo, a qual se funde sobre sua antiga organização, conduz a resultados satisfatórios” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 46).

A organização original de um arquivo deve corresponder naturalmente, nas suas linhas principais, à antiga estrutura da entidade administrativa que o produziu. [...] A antiga organização não se formou arbitrariamente, não resultou do acaso, mas é a consequência lógica do modo por que se constituiu a unidade administrativa, [de] cujas funções o arquivo é o resultado. Esse órgão construiu, por assim dizer, o seu arquivo e, ao fazê-lo, tomou em consideração a sua própria constituição e necessidades. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 47).

Ou seja, a ordem original, compreendida aqui como a ordenação atribuída aos documentos de acordo com a estrutura orgânica da organização que os gerou, deve ser mantida quando esta apresentar relação direta com a estrutura dessa organização.

Ainda sobre a temática da ordem original, os arquivistas apresentam a regra dezessete, onde ressaltam que no arranjo do arquivo é urgente o restabelecimento, quanto for possível, da ordem original, pois somente dessa maneira é possível julgar se é conveniente ou não, adaptar o arranjo a ela. Não repousa tal regra na obediência servil à antiga organização do arquivo, nem requer a restauração da ordem mais remota sob a alegação de que, em si mesma, não era suscetível de aperfeiçoamento. Admite, pelo contrário, a possibilidade de desvios ocasionais [em] respeito à ordenação antiga. [...], porém, [...] faz ressaltar o fato de que, via de regra, aquele arranjo se estabeleceu em consonância com os requisitos da organização passada e se acha a eles estreitamente vinculados. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 49).

Os arquivistas incentivam o restabelecimento da ordem original, pois mesmo que ela não configure um arranjo inteligível, servirá ao menos para compreensão da organização que gerou o arquivo.

Ocorre que, após restaurado o primeiro arranjo, se verifique, por fim, a impossibilidade de mantê-lo em vários pontos. Será mister, talvez, destruir de novo a ordem antiga, reconstituída, quem sabe, com grande esforço. Sem embargo, tal trabalho não se afigurará de todo inútil, pois não se concebe que nada haja a preservar da ordenação original. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 20).

Em complementação direta à regra anterior, a regra dezoito indica que a ordenação original de um arquivo pode ser alterada com o objetivo de corrigir divergências em relação à estrutura geral do mesmo. Os autores exemplificam, no texto explicativo da regra, uma situação em que o arquivista deve intervir.

No caso, por exemplo, de um arquivo judicial, onde se formaram séries ou maços separados de minutas originais para as escrituras de transferência de propriedade e para as de hipoteca, e uma das hipotecas foi erroneamente arquivada entre as citadas escrituras, cumpre ao arquivista retificar o desacerto. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 51).

Ainda no texto explicativo da regra dezoito, os arquivistas holandeses dizem ser lícito que o arquivista faça tantas quantas modificações forem necessárias, desde que mencione “isso no inventário ou na introdução deste e [...] [apresentem] a conveniente justificativa” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 52).

O autor Schellenberg apresenta os princípios para arranjo dos arquivos em seu manual, no capítulo 14, considerando as realidades francesa, prussiana, holandesa, inglesa e estadunidense. Apresenta, em seguida, o *record group* – termo utilizado nos Estados Unidos para designar unidades documentais. Os norte-americanos reconheceram o princípio da proveniência, contudo, no momento de aplicá-lo no “imenso volume de documentos que passaram à custódia do *National Archives*” foi necessário que este volume fosse dividido em unidades a fim de permitir seu manuseio, arranjo e descrição. (SCHELLENBERG, 2005, p. 53). A essa divisão os norte-americanos chamam *record group*. A definição de *record group* apresentada pelo autor é a mesma divulgada por um memorando do National Archives.

[Record group é] uma grande unidade arquivística estabelecida de modo um tanto arbitrário, considerando-se devidamente o princípio da proveniência e o

desejo de se dar à unidade de um tamanho e caráter (SCHELLENBERG, 2005, p. 254).

A justificativa dos americanos para não adotarem a perspectiva do fundo arquivístico, ou ainda, do *archives group* reside no fato deles compreenderem que essas divisões não atendem aos documentos “vivos”. Segundo o autor “a maioria dos *record groups* contém diversos subgrupos estabelecidos, em geral, tomando-se por base as origens organizacionais e funcionais dos mesmos” (SCHELLENBERG, 2005, p. 255).

Ao interpretar o que é enunciado no manual compreendemos documentos vivos como os documentos arquivísticos que se encontram na fase corrente. O critério adotado para separação de documentos em *record groups* foi por assunto, por exemplo: defesa, indústria ou recursos naturais, sendo que as relações estabelecidas entre os assuntos foram pautadas nas funções gerais dos órgãos que produziram os documentos.

O autor considera duas possibilidades de arranjo: por função ou por organização. Afirma que é preferível que o arranjo seja elaborado a partir da organização, contudo, reconhece que quando os documentos forem arranjados por função é preciso que este arranjo reflita a “evolução das organizações governamentais que executaram as mesmas funções”. (SCHELLENBERG, 2005, p. 257). Destaca, ainda, que os grupos de documentos devem se manter como unidades integrais, sem que os documentos de um grupo sejam mesclados com os de outro grupo. O autor explica que para os documentos de uma entidade administrativa constituir um grupo, essa entidade deve produzir documentos que “possam ser prontamente distinguidos de outros grupos de documentos, considerando-se a relação desses para com a função.” (SCHELLENBERG, 2005, p. 257).

Dessa forma, é possível constatar que os documentos são o produto das atividades de uma entidade e, ainda, precisam se relacionar entre si, pois compõem o mesmo organismo que garante a “vida administrativa” da entidade.

[...] os documentos preservados pelo testemunho que contém da organização e da função devem ser mantidos na ordem que lhes foi atribuída pelos órgãos que os criaram, mantiveram ou acumularam [...] Dar novo arranjo, de acordo com algum plano arbitrário, a documentos que já estejam em ordem, ou parcialmente ordenados, seria um extravagante desperdício de tempo (SCHELLENBERG, 2005, p. 263).

A ordem original aparece mais uma vez, mas Schellenberg indica que a mesma deve ser considerada com ressalvas, pois [...] “o arranjo original deve ser preservado se reflete o uso feito dos documentos quando correntes, mas novos arranjos artificiais que visam servir a outros fins que não são os correntes, só devem ser preservados no arquivo de custódia permanente se atendem às necessidades arquivísticas”. (SCHELLENBERG, 2005, p. 263).

A ordem original deve ser considerada quando o arranjo dos documentos refletir as atividades e funções da entidade que os produziu. Verifica-se com a análise deste manual é que Schellenberg pode ser considerado como o teórico precursor da Arquivologia no que tange a pensar, de forma mais detalhada, a avaliação de documentos. Os Estados Unidos da América tiveram um considerável aumento no volume de produção de documentos devido à crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial. Além disso, é a partir desse momento que a responsabilidade sobre a racionalização dos documentos é passada ao arquivista.

O autor não chega a explicitar o que entende por organicidade, mas pontua por diversas vezes que os documentos devem refletir as atividades da organização e apresentar relações entre si. Na definição de princípio da proveniência apresentada pelo autor, destacamos o trecho “os arquivos devem ser arranjados de tal maneira que a organização e funções que os produziram neles se reflitam” (SCHELLENBERG, 2005, p. 161), ou seja, para constituir um *record group*, devem ser consideradas as relações estabelecidas entre as atividades da entidade e os documentos, além das próprias relações entre estes documentos.

Na obra em que trata especificamente sobre as principais características e operações que envolvem a elaboração de um arranjo, Schellenberg (1980) alerta para os diferentes tipos de organização de um conjunto documental.

Compete ao arquivista, para o autor, seguir alguns princípios que devem servir de orientação na formulação de uma hipótese de arranjo. Devemos levar em consideração que esses princípios estão ligados ao conceito de arquivo, e que nesta obra, Schellenberg chama atenção para o fato de que coleções não devem seguir esse modelo, uma vez que foram reunidas artificialmente. Ao longo desta pesquisa foi realizada uma reflexão como as análises e os procedimentos metodológicos voltados para os conjuntos documentais dotados de organicidade

também podem ser utilizados em algumas coleções desde que possam ser reconhecidos os vínculos entre documentos após o reconhecimento do contexto de sua produção.

De acordo com o autor, o arquivista na hora de elaborar o arranjo deve seguir os princípios seguintes: manter os grupos de arquivo como unidade integral, arranjar os grupos de arquivo em relação organizacional ou funcional uns em referências aos outros e por fim impor uma lógica organizacional aos subgrupos dos arquivos, uns em relação aos outros.

Cabe ressaltar que, para o autor em sua obra, o arranjo estrutural é uma modalidade de arranjo que segue o organograma da instituição para organizar o acervo. Essa modalidade se preocupa e se baseia na estrutura organizacional da entidade, seguindo a estrutura expressa em um determinado organograma para se obter o quadro de arranjo, e nesse caso, os grupos e subgrupos são formados pelos departamentos de uma entidade. Um fundo documental de um departamento não pode se misturar a outro, mesmo que o ponto de vista informativo seja semelhante.

O arranjo estrutural apresenta como grande empecilho a necessidade de ser atualizada cada vez que houver mudança na estrutura da empresa. Ou seja, as séries (espécie + função) são dispostas pela hierarquia, e estão classificadas de acordo com o local onde são produzidas. Desse modo, poderá haver a mesma espécie em diferentes setores de trabalho (onde são produzidas estabelecendo uma relação de organicidade) e, justamente por isso, receberão classificação diferente.

Quanto ao arranjo funcional, o autor chama atenção que essa modalidade de arranjo se preocupa com a contextualização dos documentos, com a função da entidade e não muito com a estrutura administrativa. Na operação de elaboração de um arranjo funcional o que importa mais não é dar atenção à identificação das grandes funções, mas sim identificar e estudar o documento a partir de um quadro de funções, e partir deste estudo, saber articular o documento dentro do conjunto documental. Devemos estudar como o documento se comporta dentro de um arquivo e sua função.

5 CAMPO EMPÍRICO

Os documentos produzidos e reunidos por indivíduos em sua vida registram suas emoções, ideias, e seus diferentes papéis na sociedade. E essa variedade, que se espelha na documentação que é preservada na vida privada, configura-se como rica fonte para a compreensão da história em um determinado período. É na riqueza da vida pessoal que foi possível desenvolver nesta pesquisa uma discussão que coloca a elaboração dos arranjos para as coleções mencionadas no centro do problema, relacionando ao contexto de sua produção e à possível relação orgânica existente entre os documentos.

Como foi apresentado ao longo deste trabalho, o contexto arquivístico não diz respeito somente à produção dos documentos. Uma pesquisa baseada em um cotejo a respeito da história, das funções, das relações dos indivíduos, ao tratar-se de um arquivo pessoal, se torna muito importante para o entendimento daquele conjunto documental. Quando se trata de uma coleção pessoal, o reconhecimento desse contexto é ainda mais difícil. A singularidade das coleções comparada aos arquivos pessoais é desafiadora.

Uma coleção de documentos, como já visto anteriormente, não apresenta as características básicas de um arquivo, principalmente por não respeitar o Princípio da Proveniência. Consequentemente, não apresenta organicidade entre os documentos que compõem esses acervos. Porém, não significa que apesar desses conjuntos de documentos não apresentarem uma característica de um arquivo propriamente dito, eles não são constituídos por documentos arquivísticos.

Para Duranti (2002, p. 35) documento arquivístico é o “documento produzido por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade”. Importante salientar alguns termos utilizados nesta afirmação, principalmente para ampliar a aplicação deste conceito não só para os documentos produzidos no âmbito administrativo, mas sim, como também, no âmbito pessoal, nas vivências de um indivíduo, na teia de suas relações familiares.

Um documento só é considerado arquivístico quando adquire relação orgânica, caso contrário é apenas um documento. A organicidade é dada através do vínculo arquivístico, que como visto até então, é o laço que une um documento ao outro devido a um conjunto de características que os fazem pertencer a um todo, a um organismo. A organicidade é fácil de

ser vista quando um conjunto documental responde aos princípios básicos de constituição de um arquivo. Mesmo que não esteja preservada a ordem original, após um trabalho de pesquisa é possível restaurar a ordenação previamente estabelecida. Contudo, este vínculo entre documentos também pode ser notado em coleções pessoais.

O inter-relacionamento entre os documentos em uma coleção pessoal, por exemplo pode ser notado a partir do reconhecimento do contexto em que foram produzidos aqueles documentos. A relação familiar, por exemplo, pode ser constituinte do contexto de produção uma vez que é um contexto familiar. E, a partir dessa análise é que foi embasada a discussão sobre as duas coleções familiares custodiadas pela Fundação Casa Rui Barbosa: coleção Lucia Sanson e a coleção Barbosa de Oliveira.

Esses documentos, no momento de sua produção, foram trabalhados com o intuito de registrar uma determinada atividade. O registro pessoal acontece, pois, a principal finalidade de um indivíduo é viver, e por conta disso é necessário que se faça um registro dos acontecimentos e fatos que fazem parte de suas vidas. Afetos, desafetos, rotinas, causalidades, tragédias, muitas são as motivações para que ocorra a produção de um determinado documento, seja uma carta para o grande amor, uma foto de uma viagem inesquecível, um bilhete com um telefone anotado ou, um recorte de jornal sobre um fato importante. Não esqueçamos que a produção nesse caso é ilimitada, uma vez que, como dito anteriormente, viver é a principal missão de um indivíduo.

Nos casos das coleções a atenção deve ser redobrada para identificar o contexto em que foram produzidos os documentos. O colecionador ao reunir os documentos demonstra uma intenção: preservar a história, conservar as informações contidas nos documentos, resguardar o passado familiar, dentre outras várias intenções que podemos notar ao longo da pesquisa sobre coleções custodiadas nas instituições de arquivo. A partir do momento em que o colecionador transfere a guarda do conjunto documental para uma determinada instituição, cabe ao arquivista o papel de tentar enxergar, se possível for, o contexto de produção dos documentos e o vínculo.

Foram analisadas nesta pesquisa as metodologias empregadas no tratamento dos documentos das coleções selecionadas para esta pesquisa. A abordagem realizada desde o momento em que os documentos foram coletados pela Fundação Casa de Rui Barbosa, especificamente pelo Arquivo Histórico e Institucional, até a elaboração dos arranjos, forma

extremamente importantes para definirmos como, em uma coleção, também é possível estabelecer um inter-relacionamento entre os documentos.

Deve-se destacar que os arranjos foram elaborados a partir do critério funcional. Não foi possível construir um arranjo para cada coleção estudada partir do critério estrutural ou tipológico. Isso se deve ao fato de que a variedade de documentos presentes nos conjuntos era muito grande e que não houve uma ordem original empregada pelos colecionadores que pudessem ser respeitadas através da estruturação da organização dos documentos. Sendo assim, a pesquisa que foi feita durante o tratamento intelectual e físico dos conjuntos documentais, permitiu que as conexões fossem estabelecidas entre os documentos por meio de sua funcionalidade. As funções que dizem respeito às atividades, aos eventos, ao meio familiar e o contexto de produção dos documentos formalizaram a metodologia necessária que seria empregada na elaboração das hipóteses de arranjo.

5.1. Coleção Lucia Sanson

Enquanto trabalhei como bolsista no projeto do CMI “*Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais*” levantei todo o histórico das famílias envolvidas na Coleção Lucia Sanson. A família Oliveira Castro e a família Pontes Câmara, tiveram grande representação na história brasileira, principalmente para o Rio de Janeiro atendendo a um corte cronológico de meados do século XIX até meados do século XX. Sua importância se deve principalmente no contexto social, econômico e político uma vez que essas duas famílias construíram fortes laços com a comercialização do café desde meados do século XIX e se estendendo até meados do século XX.

José Mendes de Oliveira Castro nasceu no dia quatro de outubro de 1842, na cidade do Rio de Janeiro. Filho de Antonio Mendes de Oliveira Castro e D. Castorina Alvares Pereira passou a sua infância na Chácara dos Macacos, apelidada desse nome, pois estava situada próximo ao Rio dos Macacos, no Jardim Botânico. Tal região foi importante no século XIX, pois abrigou fábricas, como a Fábrica de Tecelagem Corcovado e vilas operárias, principalmente na Estrada Dona Castorina, atualmente conhecida como Rua Pacheco Leão.

Após o falecimento de Antônio Mendes de Oliveira Castro, aos 17 anos, seu filho José Mendes mudou-se para o Casarão na Rua São Clemente em Botafogo junto com seus irmãos por onde lá permaneceram até a vida adulta. Em 1863, veio seu primeiro casamento com a D. Carlota Deolinda, tendo como fruto dessa núpcia quatorze filhos, dentre eles o 2º Barão de Oliveira Castro.

No decorrer do século XIX, muitas mudanças políticas provocaram o regresso da família Oliveira Castro para Portugal. A proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889, fez com que o Barão de Oliveira Castro migrasse na intenção de fugir de perseguições políticas com a aprovação do novo regime republicano.

Com a mudança de regime político, e o Brasil passando a ser uma República, o Barão de Oliveira Castro e sua família reuniram-se em viagem para Portugal acompanhados da maior parte da sua família. Reuniu-se primeiramente em Lisboa, onde assim conseguiram se manter longe do fervor político republicano. O período agitado e conturbado fez com que muitos monarquistas que não aderiram ao golpe fugissem para locais na Europa. O filho do Barão de Oliveira Castro levou consigo seu filho José Mendes, que com o apoio de sua mulher Maria Estephânia, filha de Manuel Pontes Câmara e D. Guilhermina Mattos Vieira, manteve a família Oliveira Castro em resguardo em Portugal até sua viagem a Paris. (OLIVEIRA, 2014, p. 3)

Mesmo com a morte do Barão de Oliveira Castro, seu filho, José Mendes de Oliveira Castro, recebeu o título nobiliárquico, sucedendo seu pai como Barão. Porém, seu título somente foi concedido em Portugal, uma vez que aqui no Brasil os títulos haviam sido extintos com o início do período republicano.

A morte do Barão em 1896, em Paris fez com que seu filho, José Mendes de Oliveira Castro se tornasse o segundo Barão de Oliveira Castro. É importante salientar que o José Mendes Pai foi o último a receber um título de nobreza no Brasil e seu filho, foi o último a receber o título hereditariamente por Portugal. (OLIVEIRA, 2014, p. 4)

A família Pontes Câmara contribuiu fortemente com a economia brasileira durante a segunda metade do século XIX. Suas contribuições foram marcantes para a expansão da economia cafeeira. Sua relação com a família Oliveira Castro se consolidou através de um casamento de cunho político pois, naquele tempo essa prática era bastante recorrente. Estreitar

laços familiares por intermédio do matrimônio era uma maneira de fortalecer as economias e representatividade social de determinadas famílias.

O Comendador Manuel Pontes Câmara também teve grande importância no cenário social e econômico do Brasil Império, e principalmente na história do Rio de Janeiro do século XIX. Foi um grande comerciante de café e suas atividades comerciais começaram a prosperar na época do Império de D. Pedro II, na segunda metade do século XIX. Seu relacionamento com a família Oliveira Castro fez com que a comercialização e exportação de grãos de café ganhasse força no início do século XX. O café Câmara produzido pela Castro, Silva & Cia é um exemplo dessa forte aliança construída na virada do século XIX. A União dessas duas famílias consolidou-se com o casamento de Maria Estephânia Pontes Câmara com o segundo Barão de Oliveira Castro no ano de 1885. (OLIVEIRA, 2014, p. 4)

Durante a elaboração do relatório do projeto “Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: conexões entre os arquivos pessoais” sob orientação de Oliveira (2014, p. 5), mostrei a relevância de que,

A coleção foi reunida por Maria Lúcia Sanson, tendo como conteúdo principal, fotografias pertencentes à família Oliveira Castro e da família Pontes Câmara. O conteúdo do conjunto imagético disponibilizado a ser organizado e descrito é capaz de retratar o período vivenciado por essas famílias partindo de uma leitura diferenciada, onde o viés a ser analisado abrange membros de camadas mais outras camadas sociais. Além dos documentos pertencentes às duas famílias tradicionais do Rio de Janeiro, a coleção conta com imagens e documentos textuais do avô materno de Lúcia Sanson, Leopoldo Nóbrega Moreira. Ambas as aquisições para a coleção possuem riqueza tamanha devido a sua diversidade relacionada a paisagens do Rio que foram bastante modificadas. (OLIVEIRA, 2014, p. 5)

A relação estabelecida entre a doadora e os titulares da coleção é estreitamente familiar. Devido a um interesse de resguardar o passado e a memória de seus familiares, Lucia Sanson, preservou, em sua grande parte, a integridade dos documentos presentes na sua coleção e possibilitou que esse conjunto pudesse ser adquirido pela Fundação Casa de Rui Barbosa por meio de sua doação.

Maria Lúcia David de Sanson é neta de Maria Mendes de Oliveira Castro, filha do segundo Barão de Oliveira Castro com Maria Estephânia Pontes Câmara. Casou-se em 1967 com Luiz Alberto de Sanson, neto de Octávio

Mendes de Oliveira Castro, irmão do segundo Barão de Oliveira Castro. A força e tradição dessa família no cenário fluminense nos séculos XIX e XX fez com que despertasse na doadora da documentação um desejo de reconstituir o passado de sua família através da reunião de documentos de seus antepassados. (OLIVEIRA, 2014, p. 3)

É importante salientar que a reunião dessa documentação doada à Fundação Casa de Rui Barbosa teve como objetivo principal a reconstituição histórica de um período vivenciado por essas duas famílias no Brasil, e principalmente no Rio de Janeiro. A coleção também possibilita e disponibiliza um acervo capaz de ajudar e enriquecer pesquisas sobre assuntos ligados à economia, política, às tradições e aos costumes de uma temporalidade histórica específica.

Recorro a minha fala no relatório do projeto “Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: conexões entre os arquivos pessoais” sob orientação de Oliveira (2014, p. 9) de que,

A discussão sobre o arranjo documental para a Coleção Lúcia Sanson sobre a família Oliveira Castro e a família Pontes Câmara ocorreu após as etapas de leitura de documentos e identificação dos mesmos com relação à espécie documental no projeto realizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa intitulado “*Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais*”. A separação física por conjuntos documentais precedeu a elaboração do arranjo que foi baseado nas relações e atividades dos titulares da coleção.

Os documentos foram organizados por formato e depois por espécie documental, uma vez que traçar uma organicidade entre os itens documentais seria muito complexo devido à variedade produtora e temporal entre eles. Na identificação dos documentos, os itens foram classificados cronológica e alfabeticamente podendo fazer pequenos grupos documentais, principalmente no conteúdo imagético.

É importante mencionar o trabalho técnico de preservação que foi realizado sobre os negativos e positivos de vidro, como também os livros e o diário epistolar, durante o projeto de iniciação científica. O conhecimento disponibilizado pelo setor de preservação para a higienização dos livros e do diário de suma importância nesta etapa uma vez que os mesmos estavam com uma pequeníssima quantidade de cupim e traças. O tratamento nos negativos com papel neutro serviu para aloca-los melhor antes da guarda, uma vez que no recebimento estavam todos grudados, e poderiam danificar o conjunto documental.

Deve-se destacar também a importância do trabalho técnico empregado no tratamento iconográfico do projeto com uso de scanners, e todo um trabalho de aprimoramento imagético dado nas fotos, negativos e positivos de vidro, que em muitos casos, por estarem danificados afetaram a qualidade da imagem. Para isso um servidor público especializado e qualificado do setor de Arquivo Histórico e Institucional, utilizou ferramentas específicas para aprimorar e colaborar com a melhoria nas imagens a serem disponibilizadas para os usuários posteriormente no Fotoweb.

O trabalho, realizado por mim sob a coordenação e orientação de Lucia Velloso de Oliveira, coordenadora do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, contou com a supervisão e o interesse da doadora da coleção, e permitiu que operássemos, em conjunto, no reconhecimento e delineamento de um melhor arranjo para os documentos.

O tratamento do acervo tinha chegado ao seu melhor nível. A maioria das fotos já tinha sido trabalhada junto com a doadora, principalmente na fase de reconhecimento dos familiares pertencentes ao núcleo Oliveira Castro e ao núcleo Pontes Câmara. O contato com a doadora pertencente à família presente na coleção permitiu que o conhecimento acerca dos documentos fosse extremamente elevado. Sendo assim, posterior a essa fase, a utilização do software Fotostation foi importante para iniciar o processo de descrição do conteúdo iconográfico que reúne fotos, negativos e positivos de vidro. A descrição no modelo do software Fotostation facilita os usuários da ferramenta Fotoweb disponibilizada pela Fundação Casa de Rui Barbosa a uma busca pelos itens do acervo.

No decorrer de minha análise no projeto “Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: conexões entre os arquivos pessoais” sobre orientação de Oliveira (2014, p. 11) pude chegar a conclusão que,

O arranjo documental estabelecido em conjunto com a orientadora do projeto, Lucia Maria Velloso, respeitou a complexidade das relações que os documentos fixavam entre si. A grande discussão do projeto era tentar provocar uma relação documental, chamada de *Archival Bond*, e que em regra nas coleções não conseguem ser implementadas. A “Coleção Lúcia Sanson” incrementa essa discussão, uma vez que, estabelece conexões em pequenos conjuntos documentais, baseados nos núcleos familiares (Família Oliveira Castro e Família Pontes Câmara), onde cada item documental consegue se

relacionar com outro e por assim dizer, constrói uma conexão que permite uma fácil compreensão do conteúdo da coleção.

Logo, ao longo do projeto “Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: conexões entre os arquivos pessoais” pude chegar ao resultado que o arranjo da Coleção Lucia Sanson seria:

disposto em três séries: Série Oliveira Castro, Série Pontes Câmara e Série Nóbrega de Moreira. Dentro da Série Oliveira Castro - a mais complexa a nível de conteúdo. Foi organizado um conjunto composto por nove dossiês, dando conta de organizar o conteúdo dessa série de acordo com cada integrante da família Oliveira Castro. A Série Pontes Câmara e a Série Nóbrega Moreira não foram divididas em dossiês, pois representam um conjunto menor de documentos, sendo assim, listados e organizados diretamente em item documental. (OLIVEIRA, 2014, p. 11)

5.2. Coleção Barbosa de Oliveira

As principais informações acerca da Coleção Família Barbosa de Oliveira constam na produção bibliográfica da FCRB “A Coleção Família Barbosa de Oliveira” tendo como organizadora da produção, a coordenadora do SAHI, Lucia Maria Velloso de Oliveira. Conforme Oliveira (2017, p. 25) “A coleção Família Barbosa de Oliveira foi doada para a Fundação Casa de Rui Barbosa no ano de 1993 pelo historiador Américo Lourenço Jacobina Lacombe”. O conjunto de documentos doados possui uma vasta quantidade de documentos textuais, como também fotografias, cartões-postais, desenhos, além de outros tipos documentais.

Como destaca Oliveira (2017, p. 43) “A coleção é composta por documentos que somam quase 300 anos de história. A trajetória da família Barbosa de Oliveira começa em Portugal.” O principal personagem descrito nessa coleção, Conselheiro Albino, reúne grande parte dos documentos, centrado em sua pessoa “Seu bisavô Antônio Barbosa de Oliveira, filho de João Barbosa de Oliveira, capitão do mar e da guerra, nascido em Portugal, com Maria de Oliveira, também nascida em na cidade do Porto chega à Bahia (Brasil) em meados do século XVIII.” (OLIVEIRA, 2017, p. 43).

É importante traçar um histórico acerca da Família Barbosa de Oliveira e evidenciar como este passado tão rico chegou até a posse do colecionador Américo Lacombe.

Antônio Barbosa de Oliveira se casou com Ana Maria de Souza e Castro e tiveram ao todo 10 filhos (Rita, José, Maria, Antônio, Ana, Agostinho, Joana, Rodrigo, Leonor e Estanislau). Antônio foi sargento-mor de ordenanças e tabelião de notas, além de dono da fazenda de Itaparica. O segundo filho do casal, José, foi o avô do conselheiro Albino. José Barbosa de Oliveira nasceu em 1755, na Bahia. Partiu para Portugal para estudar e formou-se em direito na Universidade de Coimbra. Casou-se, ainda em Portugal, com Felícia Maria da Penha de França de Moraes. Retornou ao Brasil e abriu uma banca de advocacia na Bahia. O casal teve quatro filhos: Francisco (falecido menor de idade), Luiz Antonio, Maria Felícia e Gertrudes Sebastiana. Seu filho, Luiz Antônio, nasceu em 14 de Outubro de 1784, na Bahia. Seguindo a tradição familiar, vai estudar em Portugal em Coimbra, onde se casa em 1808, com Maria Rosemunda de Mata Ferreira. Estes são os pais do conselheiro Albino. (...) Luiz Antonio e Maria Rosemunda tiveram seis filhos: Albino José, José, Luiz Antonio e Maria Isabel (os gêmeos que faleceram menores), Maria Luiza e Felícia (que faleceu no dia do nascimento). (OLIVEIRA, 2017, p. 45)

O conselheiro Albino é o ponto central na representação dos documentos desta coleção. A rede estabelecida entre os itens destaca a posição do Conselheiro Albino e sua importância na história dessa família.

A posição de Albino José Barbosa de Oliveira faz com que a sua correspondência autobiográfica venha a ser o vetor dominante na linha da história da família no século XIX; referência fundamental para o mister colecionador e de historiador de seu bisneto, que não apenas reuniu e organizou uma documentação preciosa para o conhecimento da história e da sociedade brasileira naquele período, mas também a utilizou no seu próprio trabalho, em monografias, artigos e livros sobre o período. (OLIVEIRA, 2017, p. 9)

Como afirma Oliveira (2017, p. 45) “Conselheiro Albino era primo de Rui Barbosa em segundo grau e foi bisavô de Américo Lourenço Jacobina Lacombe”, o responsável por reunir os documentos desta coleção.

A formação desses conjuntos se dá por maneiras distintas: uma decorrente de suas atividades e funções na sociedade e a outra, possui a marca de sua intenção. Aquele decorrente de suas atividades constituiu um arquivo orgânico, que conta a trajetória de sua própria vida; o outro sobre a sua família, Barbosa de Oliveira, mostrando toda a sua rede familiar através de diversos documentos. Vale destacar que, Lacombe, não permitiu que esses dois conjuntos documentais se misturassem.

É interessante estabelecermos uma comparação entre essas duas dimensões de acumulação de documentos: arquivos e coleções. Para assegurarmos a identificação de um arquivo, faz-se necessário considerar o princípio do respeito aos fundos, um dos mais relevantes princípios da Arquivologia, que consiste em manter agrupados os documentos de qualquer natureza provenientes de uma pessoa jurídica ou de uma pessoa física sem que se misture com outro arquivo. Associado a esse princípio, faz-se necessário o respeito a outro: da proveniência. Este implica a identificação indubitável da pessoa física ou jurídica responsável pela acumulação de documentos ainda dentro de seu contexto de produção. (OLIVEIRA, 2017, p. 33)

Ainda sobre a organização dos arquivos e coleções é importante destacar a análise feita por Oliveira sobre os questionamentos que o arquivista deve ter em sua prática para alcançar as respostas necessárias sobre um determinado conjunto documental.

- 1- Quem é o produtor do arquivo? Lacombe
- 2- O conjunto de documentos forma um conjunto orgânico? Sim
- 3- Existe ordem original? Sim

Mas e quanto ao conjunto documental que foi acumulado por Lacombe devido ao seu interesse por sua família, pela história e pela genealogia?

Na família Barbosa de Oliveira não é possível responder a essas três perguntas com clareza. Não existe a figura do produtor e sim a do colecionador. (OLIVEIRA, 2017, p. 34)

No caso, o produtor foi o próprio Lacombe, sendo este conjunto dotado de relação orgânica entre os documentos e sim, possui ordem original, aquela que foi estabelecida pelo produtor em sua trajetória de vida. Porém, quando tratamos do conjunto documental reunido por Lacombe para preservar a história de sua família, não é possível caracterizá-lo da mesma forma que seu arquivo. Logo, se não é possível identificar a figura do produtor, e sim de um colecionador, estamos diante de uma coleção.

Ao tratar a coleção Barbosa de Oliveira observou-se alguma relação entre os documentos, centrada na relação familiar, porém, não foi possível identificar uma relação orgânica segura entre todos os documentos, ou por assim dizer, não é possível identificar o vínculo arquivístico em todo o conjunto documental. O vínculo só pode ser identificado entre

partes de alguns documentos presentes no conjunto, facilitado pela existência da relação familiar e pessoal dos indivíduos presentes na coleção.

Esta conexão permite ao arquivista estabelecer pequenos agrupamentos, a nível de séries e dossiês. O que nos leva a pensar que esses agrupamentos são temáticos, e na verdade, não são, pois o que permite o estabelecimento do vínculo entre os documentos, é o contexto familiar.

Ao todo foram três projetos realizados pela Fundação Casa de Rui Barbosa coordenados por Lucia Maria Velloso de Oliveira, importantes para estabelecer a conexão entre os documentos existentes na coleção: “*Arquivos pessoais de valor histórico*”, “*Reconstrução de contextos arquivísticos*” e “*Análise tipológica em arquivos pessoais: uma representação do código social*”. O projeto consistiu, primariamente, na revisão de literatura sobre arquivos pessoais, criação de instrumentos de pesquisa que pudessem compreender os princípios da arquivologia e na higienização dos documentos da Coleção Barbosa de Oliveira. A seguir foi realizada a etapa de identificação dos documentos. Quando foi realizada a identificação dos documentos, foram também percebidos os elementos que uniam os itens documentais. Isso não se deve somente às suas características físicas ou de produção, mas também ao conteúdo que esses documentos apresentavam.

Ao final da etapa de identificação foi possível perceber uma primeira conexão entre os personagens existentes na coleção, assim como a relação com fatos e eventos que fizeram parte da história familiar e trajetória dos indivíduos pertencentes a ela. Obtido este primeiro resultado, a equipe realizou uma pesquisa sobre os personagens envolvidos nessa coleção, e a partir deste ponto, foram analisadas também as atividades, as funções e os relacionamentos que estes indivíduos possuíam.

De acordo com Oliveira (2017) após ter sido finalizada a etapa onde foram levantados os principais núcleos familiares contidos na coleção, o inter-relacionamento entre os personagens em questão e estabelecida a conexão entre os documentos, foi levantada a hipótese da formação de um arranjo documental. Sobre a organização da coleção e como ficou disposto o acervo por meio do arranjo recorro a fala de Oliveira (2017, p. 47):

O arranjo ficou assim definido: “Série Família Conselheiro Albino”, “Série Família Rui Barbosa”, “Série Família Jacobina”, “Série Família Lacombe”,

“Série Família Leuzinger”, “Série Família Masset”, “Série Família Imperial”, “Série Família Geraldo de Resende”, “Série Instituições” e “Série Propriedade”. Além das séries, foram constituídos dois dossiês que reúnem documentos sem indício de relacionamento direto com as séries documentais: “Dossiês Documentos Avulsos” e “Iconografia”.

Contrariando o consenso que existe na arquivologia a respeito da elaboração de arranjos para coleções, um estudo aprofundando sobre as conexões familiares transferido para os pequenos conjuntos documentais, tornou possível identificar os vínculos entre os documentos, e finalmente, elaborar uma proposta de arranjo que pudesse organizar os documentos.

6 PARÂMETROS DE RECONHECIMENTO DO CONTEXTO ARQUIVÍSTICO: OS ARRANJOS DAS COLEÇÕES LUCIA SANSON E FAMÍLIA BARBOSA DE OLIVEIRA.

O intuito de registrar a vida da família em questão leva à produção de uma rede de conexões que permitem constituir pequenos vínculos dentro de todo um conjunto documental. Os arquivos e/ou coleções pessoais apresentados ao longo desta pesquisa, constituem um desafio para a Ciência da Arquivologia, no que se refere ao senso-comum da área para definir alguns conceitos. Ao se deparar com as metodologias utilizadas para as coleções desta pesquisa foi possível ampliar a discussão sobre alguns desses conceitos tais como, arranjo, organicidade, vínculo e contexto.

O trabalho arquivístico desempenhado para formular a hipótese de arranjo nas duas coleções se igualou a partir do momento em que o objeto central dos conjuntos documentais foram as famílias. A equiparação das teorias utilizadas - tanto para contexto, como para vínculo - na organização de documentos de arquivos, foram adaptados para estes conjuntos documentais colecionados por pessoas que tiveram o interesse em resguardar a memória familiar.

Sem o interesse dos envolvidos, Américo Lacombe e Lucia Sanson, tais documentos poderiam ter perdido sua historicidade e sua memória não teria sido preservada. Tais documentos são importantes pelo seu cunho familiar, ou seja, resguardam e preservam o passado do que aconteceu naquelas famílias, como também acabam assumindo um valor histórico social.

A quantidade de documentos reunidos nessas coleções faz parte da história de uma nação, de um bairro, da economia, da vida privada, dos costumes, podendo oferecer inúmeras possibilidades de pesquisa dentro das ciências sociais.

A reunião dos documentos como vimos, gerou um processo de acumulação diferenciado da gênese de um arquivo. Tratam-se de coleções. Não são decorrentes da atividade de um indivíduo, como instrumento ou subproduto do mesmo, mas sim são documentos produzidos por indivíduos que tinham por finalidade registrar um fato marcante em sua vida. Recorrendo a fala de Rondinelli (2017) no Seminário “Arranjo e descrição em arquivos pessoais: revisitação teórica e metodológica” realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa: “a missão de um indivíduo é viver”.

O contato realizado e desfrutado com a doadora da coleção sobre os Oliveira Castro, Maria Lucia David de Sanson, fez com que o conhecimento sobre as conexões familiares chegasse a um nível quase que pessoal. Os indivíduos das famílias pesquisadas permitiram que o conceito de contexto arquivístico fosse ainda mais ampliado. A vivência dessa experiência, de poder ir reconstituindo a história da família é algo extremamente engrandecedor para o olhar arquivista.

No caso da família Barbosa de Oliveira, reconhecer o interesse do historiador Américo Lacombe, primeiramente, separando os conjuntos de seu arquivo pessoal com o de sua família, com o intuito de preservar três séculos de história, permite que o arquivista investigue as conexões existentes sem poder se confundir. O respeito ao princípio da proveniência ocorreu em seu arquivo pessoal, ao passo que, em um projeto paralelo pudesse ser realizado uma organização baseada nos pequenos vínculos percebidos dentro da coleção.

As coleções custodiadas pela Fundação Casa de Rui Barbosa, e que foram pesquisadas neste trabalho tiveram um tratamento diferenciado. Apesar de não ser consenso na área, a elaboração de um arranjo para estes conjuntos, permite que o pesquisador desfrute ainda mais de possibilidade para o enriquecimento de seu conhecimento. O contexto familiar faz com que a história, o passado presente naqueles documentos se torne ainda mais vivo. A memória se torna patrimônio daquele quem desfrutou a história, e seu legado acaba por enriquecer ainda mais o conhecimento no presente. O todo orgânico não existe, mas a organicidade presente nas redes familiares não pode ser descartada. O contexto de produção é o contexto familiar, e esse é forte aliado ao arquivista no estabelecimento dos pequenos vínculos entre os documentos de uma coleção.

As diferenças que colocam as duas coleções em locais distintos remetem ao conteúdo histórico de cada uma delas, a forma como foram doadas à instituição (FCRB) e ao arranjo estabelecido para organizar seus respectivos documentos. A análise do tratamento documental realizado nas duas coleções apresenta semelhanças, mas cabe melhor analisar as convergências a partir das etapas que serão apresentadas abaixo.

As semelhanças observadas em relação ao tratamento documental são consideráveis e por isso requer um olhar atencioso sobre as etapas desses processos para chegar até a elaboração de uma hipótese de arranjo. A identificação dos documentos pode ser considerada como a

principal etapa, pois é nesse momento que uma pesquisa aprofundada sobre os envolvidos no conjunto documental acontece e por assim dizer, é possível estabelecer as conexões que são capazes de construir a ideia de uma organicidade. As conexões percebidas só foram possíveis por meio do reconhecimento do contexto em que foram produzidos esses documentos. Devemos aqui atentar para as etapas que fizeram parte desses dois tratamentos documentais e comparar a metodologia que foi empregada para a elaboração dos arranjos.

A seguir apresento uma tabela tomando como referência as etapas de reconhecimento do contexto arquivístico proposta por Oliveira (2012) já citada nesta pesquisa. Por meio destas nove etapas, veremos se foi possível identificar o contexto em que esses documentos foram produzidos, ressaltando em algumas delas, peculiaridades que foram importantes no tratamento documental de cada coleção.

Parâmetros de Reconhecimento do Contexto Arquivístico		
Etapa / Coleção	Família Barbosa de Oliveira	Lucia Sanson
Levantamento e estudo de fontes biográficas sobre o titular do arquivo.	Realizado.	Realizado.
Elaboração de cronologia sobre o titular com base nas fontes biográficas.	Realizado. Neste caso o arquivo de Lacombe auxiliou na pesquisa sobre os titulares da coleção.	Realizado.
Elaboração de árvore genealógica da família do titular, visando identificar os relacionamentos familiares e os relacionamentos com outras famílias.	Realizado.	Realizado. Nesta etapa a doadora da coleção teve papel importante, pois já havia produzido um verbete genealógico das famílias.
Identificação dos correspondentes ou personagens mais recorrentes no arquivo.	Realizado.	Realizado.
Identificação de eventos e fatos históricos mais recorrentes expressos na documentação e posterior	Realizado.	Realizado.

elaboração de verbetes.		
Registro dos resultados da etapa anterior na cronologia elaborada dos documentos existentes no arquivo;	Realizado.	Realizado. Por se tratar de uma coleção onde grande parte dos documentos são iconográficos, o registro foi feito por meio do software Fotostation.
Levantamento e estudo de fontes secundárias sobre os correspondentes ou personagens.	Realizado. Grande parte das fontes secundárias que auxiliaram esta etapa estão presentes no arquivo de Lacombe.	Realizado.
Análise dos relacionamentos pessoais e de negócios, assim como do inter-relacionamento entre os documentos e as atividades e funções do titular.	Realizado.	Realizado.
Levantamento do processo de acumulação por parte do produtor e de seus herdeiros.	Realizado	Não realizado.

Quadro 1: Parâmetros de Reconhecimento do Contexto Arquivístico. Fonte: NASCIMENTO, João Gabriel G. R. (2018).

Logo, podemos por meio destes parâmetros, apresentar as etapas que culminaram na elaboração dos arranjos se processaram da seguinte maneira:

- 1) Verificação da relação do colecionador com o conjunto;
- 2) Investigação da existência do princípio da proveniência, respeito aos fundos e ordem original;
- 3) Identificação básica dos documentos quanto a sua forma, razão de elaboração, contexto de produção e datação;
- 4) Identificação detalhada dos documentos em relação aos titulares, as atividades, aos eventos e relacionamentos pessoais existentes no conjunto;
- 5) Levantamento da tipologia documental existente na documentação.

A primeira etapa consiste na aquisição das coleções. Após a higienização e acondicionamento adequado dos documentos é neste momento que surge a importância de verificar as primeiras características do conjunto documental. No momento em que o acervo está sendo adquirido deve-se questionar a relação do doador com a aquela coleção podendo vir a ser uma relação pessoal ou mesmo de negócios. Uma relação pessoal implica em relações familiares e essas, como vimos nas duas coleções trabalhadas nesta pesquisa, são fundamentais para a percepção de vínculos entre os documentos. De acordo com o relatório do projeto “Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: conexões entre os arquivos pessoais”, redigido por mim enquanto bolsista do CMI, quando a coleção Lucia Sanson foi doada para a Fundação Casa de Rui Barbosa, a doadora e colecionadora Maria Lucia David de Sanson se colocou disponível como voluntária para ajudar no processo de identificação dos documentos.

No primeiro semestre de 2012 foram realizados seguidos encontros com a doadora da coleção Lúcia Sanson para um trabalho contínuo de reconhecimento do acervo imagético e também do acervo textual existente. O interesse da doadora com relação ao trabalho cresceu bastante e isso se tornou um trabalho conjunto onde o bolsista, a orientadora (no caso Lúcia Velloso de Oliveira) e a doadora da coleção operavam juntos no reconhecimento e delineamento de um melhor arranjo para os documentos. (OLIVEIRA, 2014, p. 10)

Mesmo que seja difícil obter tal peculiaridade, podemos dizer que esse tipo de ajuda é vital para que, em outros conjuntos documentais, a disponibilidade de informações de familiares enriqueça o processo de identificação dos documentos, e conseqüentemente, seja possível notar certa organicidade entre os itens do acervo. Quanto à da coleção Família Barbosa de Oliveira não houve contato direto com o doador/coleccionador do acervo, porém, Américo Lacombe soube separar os itens que faziam parte de seu arquivo do restante da documentação familiar que ele guardava, o que assegurou o trabalho dos arquivistas ao considerar aquela documentação uma coleção propriamente dita.

Dr. Lacombe, ao preservar esses documentos ao longo de sua vida, ofereceu a oportunidade de análise desses distintos processos para nós, os arquivistas: o de formação de um arquivo e o de uma coleção. Lacombe foi simultaneamente produtor e colecionador. Os processos não foram cientificamente produzidos, mas, se avaliarmos determinados indícios, é possível identificar a construção de conjuntos documentais distintos: um com

a marca da intencionalidade e outro decorrente de suas atividades e funções na sociedade. Um sobre a família Barbosa de Oliveira e sobre suas redes familiares, e o outro organicamente constituído e que representa a trajetória da sua vida. (OLIVEIRA, 2007, p. 32-33)

A identificação destes conjuntos como coleções parte da premissa que é possível aplicar o princípio da proveniência naquela documentação. Caso não seja possível identificar tal princípio devemos caracterizá-lo como uma coleção. Um outro ponto de análise, é no momento em que esses acervos são doados para as instituições de arquivo, é a realização de uma investigação para verificar a existência de uma ordem original daquele conjunto. Por exemplo, se as coleções reunidas foram compradas de alguém onde já houve uma organização alfabética ou cronológica, é respeitoso que esta organização siga esse padrão.

Para verificar se tais conjuntos documentais são de fato uma coleção ou não, é necessário que se faça uma pesquisa sobre informações básicas dos documentos, como suas características físicas e de forma. Após o levantamento do gênero e espécie dos documentos, é pesquisada a razão de elaboração da documentação e o contexto de produção. É importante destacar que na organização da coleção Lucia Sanson, os documentos foram separados em grupos menores por espécie documental, e isso inclusive ajudou a estabelecer uma organicidade entre os documentos, pois a produção de determinados itens do acervo de uma mesma espécie estava relacionada ao mesmo contexto de produção familiar, a um mesmo evento.

Portanto os documentos serão organizados em um arranjo por formato e depois por espécie documental, uma vez que traçar uma organicidade entre os itens documentais é muito complexo devido a variedade produtora e temporal entre eles. No arranjo, os itens documentais serão classificados cronologicamente e alfabeticamente podendo fazer pequenos dossiês, principalmente no conteúdo imagético. (OLIVEIRA, 2014, p. 9)

A datação da documentação e a investigação sobre eventos e temas que fazem parte do contexto daquela coleção também são processos fundamentais para que as informações acerca do acervo se aprofundem.

Realizada a pesquisa básica dos documentos parte-se para uma investigação mais detalhada, minuciosa do ponto de vista em que será levantado toda a parte biográfica do acervo. A investigação sobre os titulares das coleções faz parte da identificação do contexto familiar daquele conjunto documental, e, portanto, crucial para a possível identificação dos vínculos

documentais. Por meio deste processo foi possível estabelecer os núcleos familiares dentro das coleções. Tanto na Coleção Lucia Sanson como na Coleção Família Barbosa de Oliveira, os núcleos familiares foram estabelecidos a partir do inter-relacionamento documental. Para que isso fosse melhor fundamentado foram construídas intelectualmente, árvores genealógicas e redigidos verbetes familiares, para auxiliar a apuração da relação de organicidade entre os documentos. Por fim, alguns itens conversavam e convergiam entre si, e assim foi possível criar, de maneira intelectual, uma primeira perspectiva de arranjo, essa voltada para os núcleos familiares.

A coleção foi reunida por Maria Lúcia Sanson, tendo como conteúdo principal, fotografias pertencentes à família Oliveira Castro e da família Pontes Câmara. O conteúdo do conjunto imagético disponibilizado a ser organizado e descrito é capaz de retratar o período vivenciado por essas famílias partindo de uma leitura diferenciada, onde o viés a ser analisado abrange membros de camadas mais abastadas da sociedade brasileira naquele momento como também a sua própria relação com os outros meios sociais. Além dos documentos pertencentes as duas famílias tradicionais do Rio de Janeiro, a coleção conta com imagens e documentos textuais do avô de Lúcia Sanson da família Nóbrega Moreira, Leopoldo Nóbrega Moreira. Ambas as aquisições para a coleção possuem riqueza tamanha devido a sua diversidade relacionada a paisagens do Rio que foram bastante modificadas e também a acontecimentos marcantes, como por exemplo, a visita do Rei Leopoldo II da Bélgica ao Brasil. (OLIVEIRA, 2014, p. 5)

Tanto na Coleção Lucia Sanson como na Coleção Família Barbosa de Oliveira, esses núcleos familiares estavam presentes, e que foi possível estabelecer esses núcleos como séries documentais no momento da elaboração do arranjo. A percepção desses núcleos facilitou a escolha por um arranjo funcional. Assim na coleção Lucia Sanson tivemos três séries baseadas em núcleos familiares: Oliveira Castro, Pontes Câmara e Nóbrega de Moreira, e na Coleção Família Barbosa de Oliveira tivemos oito das dez séries baseadas nesse contexto familiar.

A organização e descrição da coleção Família Barbosa de Oliveira permitiu a formulação de uma abordagem pouco tradicional para a representação de seus documentos. Foi possível a representação do conjunto documental observando as evidentes relações entre os documentos e os contextos de produção e o estabelecimento de uma estrutura em série documentais de expressivo significado. (OLIVEIRA, 2017, p. 103)

A análise das atividades e dos negócios pertencente aos conjuntos permitiu que também fossem agrupados em pequenos dossiês outros documentos. Sendo assim, na Coleção Lucia

Sanson, dentro da Série Oliveira Castro, algumas atividades baseadas nos negócios da família tiveram seus documentos reunidos em alguns dossiês, como por exemplo o dossiê sobre a atividade cafeeira da família. Já na Coleção Família Barbosa de Oliveira, essa organização baseada nas atividades de negócios ficou estabelecida a nível de série, ocupando duas das dez séries documentais.

Na organização da Coleção Lucia Sanson:

O arranjo será disposto em três séries: Série Oliveira Castro, Série Pontes Câmara e Série Nóbrega de Moreira. Dentro da Série Oliveira Castro - a mais complexa a nível de conteúdo – organizamos um conjunto de 9 dossiês, que respeitando o princípio da proveniência arquivística, dará conta de organizar o conteúdo dessa série de acordo com cada integrante da família Oliveira Castro. A Série Pontes Câmara e a Série Nóbrega Moreira não foram divididas em dossiês, pois representam um conjunto menor de documentos, sendo assim, listados e organizados diretamente em item documental. (OLIVEIRA, 2014, p. 5)

Já na organização da Coleção Família Barbosa de Oliveira:

O arranjo da Coleção Barbosa de Oliveira foi elaborado com base em 10 séries documentais e dois dossiês que estão vinculados ao maior nível máximo da coleção. As séries subdividem-se em dossiês, e foram compostas pelos documentos que representam os diferentes e aos mais significativos núcleos familiares que integram a coleção e que guardaram algum vínculo arquivístico. (OLIVEIRA, 2017, p. 47)

Antecedente à elaboração da proposta de arranjo documental definitiva, foi realizada um levantamento da tipologia documental. Este levantamento dentro de um acervo pessoal é extremamente enriquecedor como contribuição para outros trabalhos dentro da Arquivologia, como difusão e acesso. Este levantamento, aqui como etapa predecessora da elaboração de arranjo, consiste na verdade, no cumprimento do objetivo da organização dos documentos.

As duas coleções trabalhadas nesta pesquisa possuem uma diversidade tipológica muito grande, e devido a tamanha riqueza dos dois acervos se tornou inviável a elaboração de um arranjo tipológico. De acordo com Oliveira (2013) essa coleção possui “16 tipos documentais que se referem às Bodas, 19 tipos documentais que se referem à Morte, 3 tipos documentais que se referem ao Nascimento e 7 tipos documentais que se referem às Grandes viagens”. De

acordo com o relatório de pesquisa do Projeto “*Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais*”, podemos ver que a variedade tipológica também impossibilita a construção de um arranjo baseado nessa característica. Estão presentes nesta variedade cartas de alforria, notas fiscais, cartões postais e um diário epistolar.

Por fim, foram elaboradas as propostas de arranjo para as coleções, que como vimos anteriormente na descrição da metodologia que foi empregada, respeitou o critério funcional, pois os critérios estrutural e tipológico acabaram sendo descartados devido as especificidades das coleções estarem relacionadas às atividades dos familiares presentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância desta pesquisa se justifica no fato de que é necessário e fundamental aos estudos do campo arquivístico, analisar, tratar e organizar as coleções pessoais com novas metodologias. As coleções Família Barbosa de Oliveira e Lucia Sanson ofereceram novas perspectivas no que concerne a este tipo de tratamento documental.

Acompanhando a arquivologia contemporânea vimos o grande interesse e crescimento de pesquisas sobre arquivos pessoais. O interesse pelo registro vem crescendo consideravelmente devido à valorização da memória. A vida social, política, cultural e econômica está presente nos indivíduos e a partir de estudos acerca desses personagens é possível investigar a história.

Ao se tratar de coleções pessoais, debates sobre a organização desses acervos cresceu consideravelmente. O tratamento documental dado a elas segue um consenso na área onde alguns princípios da arquivologia não se aplicam, tal como em arquivos. Como visto nessa pesquisa é possível realizar um tratamento diferenciado a respeito das coleções. É importante frisar que o objeto de estudo desta pesquisa centrou-se em uma metodologia inovadora no que concerne a organização de coleções, adotada pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

A forma como foram organizadas e arrançadas as duas coleções apresentadas nesta pesquisa mostram que o tratamento de certos conjuntos documentais pode ter suas noções e critérios ampliados. A identificação dos documentos permite, quando relacionada à pesquisa sobre os personagens familiares, elaborar um novo procedimento metodológico sobre a organização dos documentos.

Nesta pesquisa vimos como é importante o estudo dos arquivos pessoais, dos arquivos de família, coleções que são reunidas ao longo do tempo por indivíduos e famílias com o intuito de preservar o seu passado.

Na primeira seção da fundamentação teórica trabalhamos a importância do conceito de arquivo. Conceito este fundamental para sabermos diferenciar os conjuntos de documentos dentro da Arquivologia. Arquivo e coleção recebem tratamentos distintos devido ao princípio da proveniência. Este princípio defende que o conjunto de documentos de uma mesma pessoa

ou entidade (ou seja, seu arquivo) não deve ser misturado ao arquivo de outras pessoas quando, em determinada situação, ocuparem o mesmo espaço. Cada documento deve ser arquivado de acordo com sua proveniência ou procedência, ou seja, a entidade a que está vinculado. Quando não é possível reconhecer o produtor, estamos diante de uma coleção. O campo empírico utilizado nesta pesquisa ressalta esta característica; tanto na Coleção Família Barbosa de Oliveira como na Coleção Lucia Sanson, não foi possível identificar o produtor, e por isso não podemos caracterizar esses documentos como arquivos.

Em seguida, na segunda seção da fundamentação teórica, analisei a importância da organicidade, que está diretamente relacionada a discussão de arquivos e coleção. Geralmente, podemos identificar a organicidade nos arquivos, porém ao longo desta pesquisa notei como o tratamento documental dispensado as coleções Família Barbosa de Oliveira e Lucia Sanson, pode assinalar a relação orgânica entre seus itens documentais a partir do reconhecimento do contexto arquivístico. O documento arquivístico se caracteriza pela organicidade, ou seja, pelas relações que mantém com os demais documentos e que refletem suas funções e atividades, que neste caso, refletiam as atividades desempenhadas pelas famílias presentes nas coleções.

Na terceira e quarta seção desta pesquisa apresentei uma discussão sobre a importância dos arquivos pessoais, dos arquivos de família e das coleções pessoais. Ao longo da trajetória das pesquisas relacionadas ao campo arquivístico, esses documentos classificados como arquivos privados, serviram para ampliar uma série de estudos em áreas afins, e por assim dizer, serviram também para ampliar debates sobre a organização desses conjuntos documentais. O tratamento realizado a estes documentos pessoais é diferenciado, como apontei nas exposições dos autores que são referências na área, pois estes acervos pessoais são formados por ampla gama de publicações e suportes, variando de itens textuais (manuscritos ou editados) até mesmo objetos tridimensionais.

Na quinta e última seção da fundamentação teórica argumentei a importância do arranjo como um processo fundamental na organização de conjuntos documentais. Nesta pesquisa, somada às seções anteriores analisadas, o conceito de arranjo se torna fundamental para dar prosseguimento ao debate proposto no título do trabalho. Seria possível a elaboração de um arranjo nas coleções de arquivo? Como vimos, levando em consideração o reconhecimento do contexto arquivístico e algumas etapas no tratamento dos documentos, foi possível sim a

construção de um arranjo, pois foi possível a identificação de pequenos vínculos entre os documentos.

Os vínculos entre os documentos são facilmente perceptíveis quando lidamos diretamente com um arquivo, porém, é exequível também enxergar essas conexões nas coleções pessoais. Quando tratamos de coleções é necessário que observemos o seu contexto e chegar, até as vias de fato, aos seus pequenos vínculos, pois assim, será admissível a formulação de uma hipótese de arranjo. Por meio do estabelecimento de micro conjuntos documentais tendo por base as atividades dos familiares – podendo inclusive ser formados através do contato direto com a doadora, e baseados nas atividades e história dos núcleos familiares - é legítimo reconhecer o contexto arquivístico. Sendo assim possível notar, dentro desses conjuntos, o relacionamento entre cada item documental, tornando viável construir a ideia de vínculo entre os documentos.

8 REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. São Paulo: TA Queiroz, 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida et al. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo. Associação dos Arquivistas Brasileiros. Secretaria do Estado de Cultura, 1996.

_____; GOULART, Silvana. *Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos Arquivos Pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, n. 1, p. 26-39, 2009.

_____. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro*, Indaiatuba, v.1, n. 1, p. 1-10, jul. 2002.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 22 mar. 2018

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Y. *Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

COSTA, Célia Maria Leite, FRAIZ, Priscila Moraes Verella. *Como organizar Arquivos Pessoais*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2001.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalino de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, n. 51).

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 10-14, nº 1, p.14-33, abr/ago. 1986.

DURANTI, L. *The archival bond*. *Archives and Museum Informatics*, Vancouver, v. 11, n. 3-4, p. 213-218, 1997.

EASTWOOD, Terry. Putting the parts of the whole together: systematic arrangement of archives. *Archivaria*, v.50. p. 93-116, fall 2000. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12767-13959>. Acesso em: 12 dez. 2017.

ESPAÑA. MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE. Diccionario de terminología archivística. 2012. Disponível em: <<https://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/areas-cultura/archivos/mc/dta/diccionario.html>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p.144-162.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, jan/jun. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2069/1208>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos, In: GOMES, Angela Castro. *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 15-44.

_____. Indivíduo, Memória e Resíduos Históricos: uma reflexão a sobre arquivos pessoais e os casos Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 19, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

_____. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 36, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2246>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria*, Ottawa, n. 52, p. 126-135, fall 2001.

JENKINSON Hilary. *A Manual of archive administration: a ressuie of the second edition*. London: PercyLund, Humphries & Co. ltd., 1966. Originalmente publicado em 1922.

LODOLINI, Elio. *Archivística: principios y problemas*. Madrid: Anabad, 1993.

LOPEZ, A. P. A. *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. 2000. 131f. Tese (Doutorado em História Social) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MacNEIL, Heather (Ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010. p. 213-241.

MCKEMMISH, Sue. Evidence of Me... *Archives and Manuscripts*. Australian Society of Archivists, v. 29, n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MARCONI, Marina de A; LAKATOS Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2007.

MULLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1973.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p.35-48, jan./jun. 2008.

_____. *Arquivos pessoais de valor histórico: construção do vocabulário controlado*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006-2010. Projeto de Pesquisa.

_____. *Reconstrução de contextos arquivísticos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009-2011. Projeto de Pesquisa.

_____. *Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais*. 2010. 188f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

_____. *Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: conexões entre os arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014. Projeto de Pesquisa.

_____. *A Coleção Barbosa de Oliveira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: 7Letras, 2017.

PROCHASSON, Christopher. “Atenção Verdade!” *Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 21, jan/jun. 1998. Disponível

em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2064/1203>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

RODRÍGUEZ, Antonio Ángel Ruíz. Manual de archivística. Síntesis, 1995.

RONDINELLI, R. C.; ROCHA, C. L. Gestão arquivística e preservação de documentos digitais no Brasil: estado da arte. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 33-40, jan./jun. 2006.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. 82p. (Coleção Thesis, I).

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SILVA, A. M. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999. (Biblioteca das Ciências do Homem Plural, 2).

SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Arquivos históricos de Museus: o Arquivo de história da Ciência. In: MAST COLLOQUIA: Documentação em Museus, 10., 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 61-68.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivistica.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, 2006.

THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. Glossary of Archival and Record Terminology. 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/index.asp>>. Acesso em: 08 set. 2016.

THE UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. Select list of archival terminology. *School of library, archival & information studies*. Disponível em: <http://www.slais.ubc.ca/resources/students/Archival_Terminology.pdf>. Acesso em: 24/09/2016.

_____. Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. *Brazilian Journal of Information Science*, São Paulo, v. 8, n. 1-2, 2014.

THOMASSEN, Theo. A first introduction to Archival Science. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. *The American Archivist*, University of North Carolina, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.

_____. Concepts of record (2): prototypes and boundary objects. *The American Archivist*, University of North Carolina, v. 71, n. 1, p. 118-143, 2008.

_____. The conceptual fonds and the physical collection. *Archivaria*, Ottawa, v. 73, p. 43-80, 2012.